1ª Feira Acadêmica de Saberes da Educação Física

APRESENTAÇÃO

Ocorrida entre 06 e 10 de Novembro de 2023, a Feira Acadêmica de Saberes da Educação Física — FASEF teve em sua 1ª edição o objetivo de qualificar a formação dos graduandos do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande — FURG. Não obstante, foi um evento direcionado a divulgar, promover e acompanhar as atividades desenvolvidas em torno da Educação Física, tanto na FURG quanto em outras Instituições de Ensino Superior – IES e na comunidade. Em sua primeira edição, sob este nome e formato, a FASEF abarcou as oficinas propostas na antiga Semana Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física da FURG e algumas modalidades de apresentações de trabalhos. Dessa forma, a proposta foi de um espaço para incentivo e valorização do desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da extensão e da inovação, proporcionando a socialização dos conhecimentos produzidos, a troca de experiências e a integração entre as diferentes áreas, saberes e conhecimentos da Educação Física. Durante o evento, foi proposto, em conjunto, pelo Diretório Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Física (DAEF) as apresentações na 1ª Mostra de Produções Acadêmicas realizada entre 08 e 10 de Novembro de 2023 no Centro Esportivo da Universidade Federal do Rio Grande. Nesta houveram apresentações de Resumos Expandidos, Relatos de Experiência e Trabalhos Completos. As bancas foram compostas por convidados do DAEF que delegou a estes a incumbência de aprovação das submissões, avaliação das apresentações e também organização dos anais do evento.

COMISSÃO CIENTÍFICA

- Arisson Vinícius Landgraf Gonçalves
- Charles da Costa Bandeira
- Gustavo da Silva Freitas
- Iván Gregorio da Silva Miguel
- Leonardo de Souza Rodrigues
- Letícia Lucas Pereira Guilhamilho Ávila
- Luciana Toaldo Gentilini Avila
- Marília Zuchoski Neves
- Marcelo Dias Lemos
- Maurício Cravo dos Reis
- Viviane Pereira Domingues

TRABALHO COMPLETO

DANÇA E CORPOREIDADE EM UM PERIÓDICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

PEIXOTO, Rafaela da Silva.

FINOQUETO, Leila Cristiane.
rafaelapeixotofurg@gmail.com
IE

Palavras-chave: Dança; Corporeidade; Educação Física.

1 INTRODUÇÃO

Como exercício investigativo introdutório das escritas do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Educação Física, foi realizado um breve mapeamento de artigos que abordassem os temas ‘dança’ e ‘corporeidade’ de forma articulada. Foi analisado um periódico da área da Educação Física: Pensar a Prática (Universidade Federal de Goiás - UFG).

Nossas reflexões se iniciam em torno das temáticas Corpo e da Corporeidade, sendo importante salientar que “antes de qualquer coisa, a existência é corporal” (Le Breton 2012, p.7). Para Déborah Thomé Sayão (2008, p. 94), a palavra corporeidade, a qual expressa a totalidade do corpo, está relacionada a “formas, movimentos, gestos, posturas, ritmos, expressões e linguagens reconhecidas como uma construção social que acontece na relação entre as crianças e/ou adultos com a sociedade ou a cultura”. Nessa perspectiva, a autora sugere um olhar para além da dimensão estrutural do corpo, convidando para visualizarmos também as elaborações culturais produzidas sobre e a partir dele.

Partindo dessa ótica voltada ao corpo e à corporeidade, podemos ressaltar que as mesmas são desenvolvidas pela Dança, outra temática relevante aos nossos interesses de pesquisa, considerando que através da dança a humanidade encontrou outra forma de se expressar.

Segundo FARO (1986), a dança surge com a necessidade do homem e da mulher de exteriorizar-se para o mundo. Para Miller (2012), trabalhar com a dança é

preservar a espontaneidade do movimento executado pelo indivíduo. Transportando a dança para o universo da Educação Física, ela funciona como suporte ao desenvolvimento de aspecto motor, cognitivo, social e afetivo. O corpo sendo usufruído no processo de aprendizagem, permitindo ao/à educando/a consciência corporal, onde aprende a lidar consigo mesmo e com o mundo. Implicadas nessas relações da construção do corpo social, imerso na diversidade das experiências corporais, observa-se na dança e, portanto, naqueles/as que dançam, os rastros das estéticas que perpassam seus corpos numa relação simbiótica. Assim, neste trabalho pretende-se mapear produções que tenham se ocupado em estabelecer a conexão entre corpo/corporeidade/dança.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi um levantamento bibliográfico que, segundo Gil (2002, p. 44), possui o objetivo de explicar um problema a partir de referências teóricas sendo “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. As principais fontes de referências bibliográficas usadas na atualidade são artigos científicos e livros.

Como mencionado, o intuito desta revisão bibliográfica foi mapear estudos semelhantes e compor o referencial metodológico do projeto de TCC, o qual problematiza a construção das corporeidades em diferentes estéticas e contextos em que a dança é desenvolvida.

O levantamento bibliográfico foi efetuado em um periódico da área de Educação Física: Pensar à Prática (UFG). Não foram aplicados filtros referente ao ano de publicação. As palavras-chave utilizadas foram “dança”, “corporeidade e dança”, “corporalidade e dança”, “educação física e dança”, “balé e educação física” e “ballet e corporeidade”. Na pesquisa realizada na base de dados destacada, ‘Pensar a Prática’, foram encontrados cem (100) cem artigos que discutiam sobre os descritores: “dança”; “corporeidade e dança”; “corporalidade e dança”; “educação

física e dança"; "balé e educação física"; "ballet e corporeidade". Após a leitura dos resumos desses artigos, foram selecionados oito (08) artigos que se aproximavam da temática do TCC e que poderiam ser utilizados como referenciais teóricos. Desses, dois (2) apresentaram consonância com o projeto de pesquisa que está em processo de construção. Para tanto, apresentamos o quadro abaixo demonstrando o processo analítico que foi desenvolvido.

Quadro 1 – Artigos encontrados na Revistas Pensar a Prática.

N.	Autor/ Ano	Título	Objetivo	Exclusão
1.	PICCININI, Larise; SARAIVA, Maria do Carmo (2012)	A **dança** improvisação e o corpo vivido: ressignificando a **corporeidade** na escola	Compreender a dança como uma oportunidade de dar um novo sentido à corporeidade de adolescentes escolares.	Próximo ao tema
2.	BEZERRA, Laise Tavares Padilha; PORPINO, Karenine de Oliveira(2007)	Entre corpos reais e virtuais: Reflexões da **dança** contemporânea para pensar o **corpo** na Educação Física	Identificar as novas configurações de corpo advindas da interconexão entre Dança e Tecnologia, bem como compreender de que maneiras essas configurações se aproximam e contribuem para a compreensão de corpo na Educação Física.	Próximo ao tema

3

N.	Autor/ Ano	Título	Objetivo	Exclusão
3.	PACHECO, Ana Julia Pinto(2006)	**Educação Física** e **Dança**: Uma análise bibliográfica	Trata-se de uma análise bibliográfica, cujo objetivo é o de depreender como a produção acadêmica brasileira vem abordando a dança na educação física. Dentre os aspectos discutidos ao longo deste texto, destacam-se principalmente a dança na formação do/a professor/a de educação física e o sexismo na dança	Não discute corporeidade e danças e suas estéticas.
4.	JÚNIOR, Lázaro Moreira Gomes; LIMA, Lenir Miguel(2006)	Educação e estética e **Educação Física:** A **dança** na formação de professores	Investigar a visão do futuro professor de Educação Física, em relação ao ensino da dança, é a tônica deste trabalho.	Discute-se questões sobre a dança na educação e não debate sobre corporeidade e danças e suas estéticas.
5.	SANTOS, José Carlo; RODRIGUES, Janete de Páscoa; NERY, Simone Silva Santos; SILVA, Érika Priscila de Sousa; NUNES, Agda Pereira; BRITO, Aline de Freitas(2017)	Contribuições da **dança** na formação inicial de professores de Educação Física da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	O estudo tem como objetivo analisar as contribuições da dança na formação inicial de professores de Educação Física que fazem parte do projeto “Corpo de Dança da UFPI”..	Os resultados da pesquisa mostraram como se configura o trabalho do docente de educação física com a dança. Não discute relação dança e corporeidade e suas estéticas.

4

N.	Autor/ Ano	Título	Objetivo	Exclusão
6.	SOUSA,Marcel Farias de; HUNGARO, Edson Marcelo(2023)	O percurso categorial da natureza e da história: pertinência para os estudos sobre o ser social e sua **corporeidade** no âmbito da **Educação Física**	O trabalho acompanha o desenvolvimento das categorias natureza e da história no pensamento filosófico-social ocidental até o século XVIII. Com o objetivo de compreender o corpo e a corporeidade humana constituídos no complexo relacional.	Mesmo falando sobre corpo e corporeidade, o artigo leva esses aspectos na direção sociológica, não realizando uma conexão entre danças e corporeidades e suas estéticas.
7.	MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza;NÓBREGA,Terezinha Petrucia da(2009)	Cultura de movimento: Reflexões a partir da relação entre **corpo**, natureza e cultura	O artigo busca ampliar as reflexões no que se refere às relações entre corpo, natureza e cultura, por meio de aproximações epistemológicas entre estudos que problematizam as oposições inconciliáveis na leitura desses fenômenos.	O trabalho fala sobre a cultura do movimento e sua intervenção na educação física, mas não realiza um entrelace sobre corporeidade e danças e suas estéticas..
8.	GUIMARÃES, Gina(2006)	**Dança** nos ciclos de escolarização: Aproximações teóricas	A proposta do texto é iniciar uma análise sobre o conteúdo Dança e os ciclos de escolarização, à luz de uma revisão bibliográfica.	Mesmo sendo uma revisão bibliográfica sobre danças, o trabalho tem como principal objetivo debater sobre a sistematização em ciclos, assim, não traçando com corporeidade e danças e suas estéticas.

Fonte: Autora

5

Como evidenciado, há produções sobre 'Dança e Educação Física', no entanto, somente dois artigos que abordaram com certa similitude o tema de TCC em tela. A seguir, serão evidenciadas algumas reflexões e concepções das referente às autoras sobre dança e corporeidade na Educação Física.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Piccinini e Saraiva (2012), no seu artigo *"A dança improvisação e o corpo vivido: ressignificando a corporeidade na escola",* tem como objetivo debater sobre a possibilidade de redefinir a corporeidades dos adolescentes através da dança. Para isso, as autoras reforçam a necessidade de trabalhar a dança na área de Educação Física, principalmente de uma óptica crítica das concepções de corpo e corporeidade. A problemática inicial, parte-se pela grande influência das mídias, na projeção do corpo no ambiente escolar.

> Essa cultura de culto ao corpo e do consumismo se reproduz no contexto escolar, quando, nesse, não se relaciona os conteúdos com a realidade dos sujeitos envolvidos e não se oportuniza reflexões sobre os fenômenos da contemporaneidade (2012, p. 03).

As análises presentes no artigo, apresentaram uma definição de educação pela dança e suas viabilidades, trazendo um diálogo entre corporeidades e estéticas. Demonstrando, por meio do estudo teórico ser possível, uma mudança ao indivíduo diante de si e do outro, por meio de práticas socializadoras e lúdicas que levam os alunos a uma reflexão crítica, tendo como o papel da escola de oportunizar essa autonomia desses jovens de realizar suas próprias escolhas.

> um trabalho em dança com os(as) jovens escolares, que estimule outras possibilidades de se movimentar, de se expressar e se compreender na sua individualidade e identidade (2012, p. 05).

Se examinarmos o surgimento da Educação Física, vamos partir que o militarismo e aspectos higienistas foram relevantes na época para a concepção do corpo. A Educação Física, com o passar da história, ela contribuiu com essa idealização de corpos únicos, corpos modelos por meio das técnicas disciplinares, o

que importava mesmo era os aspectos fisiológicos e técnicos. Na década de 60, a Educação Física dirigiu o seu olhar nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde afirmava que deveríamos considerar as dimensões cultural, social, política e afetiva nos corpos que se movimentam como sujeitos sociais e cidadãos (BRASIL, 1997).

Bezerra e Porpino (2007), *"Entre corpos reais e virtuais: Reflexões da dança contemporânea para pensar o corpo na Educação Física"*, apontaram na sua escrita que o repertório de saberes contribui para a reconfiguração da relação homem/ ambiente advindas da interconexão entre Dança e Tecnologia, podem ser discutidas e como contribuem para a concepção do corpo na Educação Física.O recurso metodológico que as autoras utilizaram para análise foi imagens dos vídeos de dança: 'Digital Brazuca' e 'Corpo Aberto'. Nesse sentido, as autoras também problematizam o consumo da sociedade que prioriza esses padrões, os mesmos que atravessam os muros das escolas e que ditam o formato corporal único, impedindo a existência de outros.

> Diante disso, acreditamos ampliar a reflexão sobre o conhecimento do corpo na Educação Física a partir de aproximações entre os conhecimentos sobre o corpo produzidos pela dança e por essa área de conhecimento (2007, p. 02).

7

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos artigos esmiuçados, podemos destacar que há elementos em comum, principalmente, referente à uniformização da dança e do corpo, onde ambas trazem as mídias e as tecnologias como resultante da dança do modismo, onde promove o esvaziamento de identidade cultural e social.

No mapeamento, onde a busca por materiais que debatiam sobre o tema, podemos constatar que há produções sobre Educação Física e Danças, porém detectamos que existe uma escassez de artigos que abordam sobre dança e corporeidade na Educação Física. Neste enquadramento, visualizamos uma potencialidade no investimento sobre a pesquisa em relação à proposta de Trabalho de Conclusão de Curso 'Os processos de construção das corporeidades nas diferentes estéticas das danças".

5 REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. T. P.; PORPINO, K. de O. ENTRE CORPOS REAIS E VIRTUAIS: REFLEXÕES DA DANÇA CONTEMPORÂNEA PARA PENSAR O CORPO NA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 107–122, 2007. DOI: 10.5216/rpp.v10i2.1115. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fef/article/view/1115. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FARO, Antonio José. **Pequena história da dança**. Jorge Zahar, 1986.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MILLER, Jussara. Qual é o corpo que dança?: dança e educação somática para adultos e crianças. São Paulo: Summus, 2012.

PICCININI, L.; SARAIVA, M. D. C. A DANÇA-IMPROVISAÇÃO E O CORPO VIVIDO: RE-SIGNIFICANDO A CORPOREIDADE NA ESCOLA. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n.

3, 2012. DOI: 10.5216/rpp.v15i3.15081. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fef/article/view/15081. Acesso em: 17 out. 2023.

SAYÃO, Deborah Thomé. Cabeças e corpos, adultos e crianças: cadê o movimento e quem separou tudo isso? **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.2, n. 2, p. 92-105, nov. 2008. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/20>. Acesso em: 16 out. 2023.

9

CONSTRUINDO REFLEXÕES SOBRE GÊNERO:
Inserção e permanência de mulheres nas Lutas e Artes Marciais.

DA ROSA, Diego
LANDGRAF, Arisson
furgdiegorc@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande

Palavras-chave: Lutas; Gênero; Artes Marciais; Educação Física; Mídias sociais.

1 INTRODUÇÃO:

A frase de Simone de Beauvoir, "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher", carrega, entre muitas outras coisas, a quebra do mito que coloca sobre os gêneros a naturalização de inúmeras características que são esperadas de homens e mulheres pela sociedade. Para Souza e Altmann (1999, p.53), "[...] gênero é aquilo entendido como a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres". Tal construção, iniciada antes do nascimento, se dá de tal forma a garantir uma divisão de características de comportamento que torne possível a hierarquização entre os gêneros geralmente colocando o homem como dominante. Conforme Alonso (2002), as pessoas ao redor da criança oferecem prêmios para ela desde cedo, caso seja um garoto competitivo ou uma menina submissa, por exemplo.

Dentro desta lógica, é possível perceber o funcionamento de mecanismos de construção social em funcionamento em inúmeros campos, entre eles, o campo das práticas de combate corporal, também conhecidas por Lutas ou Artes Marciais. Tais práticas compreendem um cenário historicamente dominado por homens. Segundo Salinas (2003), os valores tidos como femininos e atribuídos às mulheres desde a infância, tais como fragilidade, delicadeza, necessidade de proteção, costumam ser contrários aos códigos corporais valorizados pelo universo esportivo. Por vezes, tais valores se tornam tão atrelados culturalmente ao processo de socialização que chegam a ser apoiados em determinismos biológicos para ganharem status de

naturais, tornando possível formar um modelo do que é ser mulher por “essência”, ignorando um processo da construção social de gênero. Análogo a isso, no contexto das Lutas, esportivas ou não, é comum observarmos sua apropriação social como uma prática que toma sempre por referência a cultura masculina. Desse modo, mulheres que praticam lutas, comumente, são avaliadas por uma ótica heteronormativa. Logo, tal modelo distancia as mulheres da vivência de inúmeras práticas da cultura corporal.

Sendo assim, não é difícil perceber as barreiras legais impostas durante a recente história do Brasil que contribuíram para a manutenção de tais pensamentos. No ano de 1941, com o Decreto-Lei nº 3.199 entrando em vigor no Brasil, as mulheres ficaram interditadas de praticar modalidades que eram consideradas “[...] incompatíveis com as condições de sua natureza” (BRASIL, 1941). Em 1965, a Deliberação nº 7 do Conselho Nacional de Desportos regulamentou a atividade esportiva por mulheres e proibiu a “prática de lutas de qualquer natureza”, entre outras modalidades. Apenas algumas décadas mais tarde, mesmo com o aumento da repressão ocasionada pela ditadura civil-militar, nos anos de 1970, a Deliberação nº 7 de 1965 é substituída, assim permitindo o ingresso de mulheres nestas competições esportivas. Atualmente, embora legalmente superado, este impedimento ainda parece permanecer de forma velada. Uma série de restrições e barreiras ainda dificultam o acesso das mulheres que escolhem praticar lutas. Para além da prática corporal em si, muitas delas necessitam lutar constantemente para consolidar seu espaço e modificar os discursos dominantes neste campo.

Nesse sentido, este trabalho de pesquisa teve por objetivo problematizar o conjunto de enunciações levantadas por um grupo de mulheres acerca de suas trajetórias pessoais na condição de praticantes de lutas ou artes marciais. Quais enunciados predominam em suas narrativas? Considerando o espaço que ocupam em suas práticas, o que é possível dizer sobre mulheres e suas percepções no universo das lutas?

2 METODOLOGIA:

Como procedimentos de produção dos dados da pesquisa, buscou-se aproximações com o método da Cartografia, entendida como "[...] um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem" (ROLNIK, 2006, p.23). Desse modo, a atenção inicial a esta etapa se deu na busca pela horizontalização das relações entre pesquisador e objeto de estudo. Desta maneira objetiva-se traçar uma linha de transversalidade que cruza tanto o conceito de hierarquização quanto o de homogeneidade relacional e admite a interferência do observador nos pensamentos observados. Este método preza pela dissolução do ponto de vista do observador que desnaturaliza a realidade do objeto. Assim, entendendo a cartografia como um método analítico processual que localiza o pesquisador em um cenário favorável a produção de pensamentos e atitudes acerca de um tema tornando-o problema de pesquisa. Logo, não se tratou de buscar neutralidades, mas assumir as posições de sujeito e lugares de fala dos envolvidos no processo. Portanto, o investimento se deu em torno da produção e provocação de enunciações acerca do tema lutas e gênero, através da produção de ambientes virtuais que colocaram as participantes da pesquisa em contato com determinados materiais a fim de provocar o debate sobre o tema de interesse.

Além destas questões, ainda foi necessário considerar o uso das mídias e redes sociais como ferramenta de facilitação do processo de pesquisa diante da situação pandêmica em que este trabalho foi feito (2021), não só a fim de garantir a segurança dos envolvidos em relação à exposição à possíveis contágios por SARS-CoV-2 e suas variantes, causador da COVID-19, mas também para observar o desenvolvimento da metodologia diante deste cenário pautado pelo isolamento social e o uso das tecnologias. Diante deste cenário, a produção de dados se deu da seguinte maneira:

1. Busca: Em um primeiro momento, foi pesquisado em duas páginas de mídia social e rede social virtual (Facebook e Intagran) por tags vinculadas às lutas e arte marciais. Posteriormente, entre os resultados, foram selecionadas as primeiras quinze mulheres para serem contatadas. Cabe salientar que, diante da forma de funcionamento dos algoritmos que balizam essas ferramentas de pesquisa e do fato que o perfil pessoal do pesquisador foi utilizado para efetuar a busca, os resultados apresentados tendem a apresentar as mulheres praticantes mais próximas, que moram na cidade de Rio Grande ou que tenham mais amigos em comum, por exemplo.

2. Contato: Através das mesmas redes sociais onde as buscas foram feitas, estas quinze mulheres foram contactadas e convidadas a participar da pesquisa. Destas quinze tentativas, através de indicações feitas pelas próprias mulheres contadas, mais seis praticantes foram contadas de forma semelhante, inicialmente formando um total de vinte e uma contatadas

3. Grupo em um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones: Após a etapa de busca e contato, dez participantes concederam permissão para serem inseridas em um grupo do aplicativo Whatsapp. Apenas quando todas as dez já estavam definidas o grupo denominado “Pesquisa” foi criado. Lá, maiores explicações sobre a abordagem da metodologia foram expostas às participantes e foi oportunizada não só as suas apresentações como estimulado o debate sobre assuntos vinculados à lutas. Cada praticante comentou sobre sua história nas lutas e as primeiras falas que viriam a ser usadas neste trabalho já começaram a surgir. Efetivamente, apenas nove praticantes vieram a participar da pesquisa, já que uma delas abandonou o grupo ainda nos primeiros dias de conversa

4. Reunião síncrona: Foi marcada uma data para acontecer uma reunião online onde debates aconteceram a partir de uma provocação feita pela exposição a uma propaganda publicitária denominado “This Girls Can” encontrado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=3GTKwnPULfM. O vídeo foi disponibilizado no grupo e serviu de ponto de partida para a conversa acerca da adesão e permanência das mulheres nas lutas e artes marciais. A publicidade se trata de um clip musical produzido pela Sport England para a campanha The Girls Can que tem o objetivo de estimular mulheres a praticar exercícios físicos (SPORT ENGLAND. **The Girls Can.** c2022. Disponivel em: https://www.sportengland.org/campaigns-and-our-work/this-girl-can). A publicidade conta com inúmeras imagens de mulheres praticando suas atividades físicas, como futsal, aero ritmos, corrida, musculação e lutas. As imagens focam em mostrar mulheres “comuns” com corpos não alinhados aos padrões estéticos e de performance comumente rígidos que costumam estar ligados a essas atividades, com o intuito de estimular o público feminino a vencer a vergonha causada pela pressão estética e de performance que dificulta a inserção e permanência nas práticas de exercícios físicos. Alguns dias depois da reunião a gravação da mesma foi disponibilizada no grupo para que todas pudessem repercutir as falas ali expressas.

Entendo como indissociável a intervenção do pesquisador dos pensamentos emergido da pesquisa, estas duas abordagens, apoiadas nos alicerces da Cartografia enquanto método, assumem a importância da construção de um ambiente favorável à discussão entre as participantes a partir da ação do pesquisador tanto no que diz respeito à organização dos espaços de debate, quando as provocações trazidas à tona como ponto de partida.

> [...] alterar os padrões comunicacionais em determinada realidade institucional significa intervir sobre esta realidade aumentando seu grau de abertura, em outras palavras, deixando vir à tona o ser-comum que nela insiste como o plano do qual ela emerge enquanto realidade efetuada, instituída, formada (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009, p. 117).

As formas de abordagem também valorizam o estimulo da formação do pensamento coletivo, entendendo que o resultado final não é apenas a soma das falas das participantes, mas sim, a construção de um corpo de reflexões e atitudes que compõem um pedaço importante das memórias e percepções dessas mulheres sobre o mundo das lutas na qual estão inseridas. Tal ideia de transversalidade pode ser afirmada da seguinte forma:

> [...] o plano da transversalidade expressa uma dimensão da realidade que não se define nos limites estritos de uma identidade, de uma individualidade, de uma forma (esse saber, o meu saber, o saber que o outro tem e que pode me transmitir), mas experimenta o cruzamento das várias forças que vão se produzindo a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede de enunciação da qual emerge, como seu efeito, um mundo que pode ser compartilhado pelos sujeitos ((PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009, p.115).

3 **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Entre as falas emergentes destas duas estratégias de criação de espaços online de debate, foi possível obter cinco principais temáticas vindas da interlocução proporcionada pelas redes sociais e conversas por plataformas digitais. Quatro desses temas foram observados com menor expressão em relação ao volume das falas e engajamento: Formação dos professores; Diferenciação do tratamento de homens e mulheres dentro do local de treino e arredores; Expectativas em relação ao desempenho da mulher nas lutas e questões estéticas e de emagrecimento

Por outro lado, a temática com maior repercussão foi: Questões de representatividade e permanência da mulher nas lutas. Nesse sentido, este artigo se aterá em apresentar e discutir este último tema que mais se destacou entre os demais.

Entre as enunciações emergentes do processo, uma demanda por uma maior presença da mulher no âmbito das lutas aparece em falas como da L7 que diz:

> *"Minha maior dificuldade na arte marcial são os rótulos e só treinar com homens. Isso de alguma forma me acompanha na minha trajetória na arte marcial, mas me sentia sempre para trás, sempre mais fraca, sempre com sentimento que tenho que provar algo para alguém. Às vezes me fazia recuar. Para tudo eu tinha como parâmetro os homens. Tive pouco contato com mulheres na arte marcial"*

. Também quando a L6 comenta sobre ser a única mulher em sua academia e fala:

> *"[...] mas ainda assim eu olho para o lado e não tem ninguém né, que eu consiga realmente conversar, a gente fica, mais então… fica meio complicado. "*

E ainda temos a percepção de L8 sobre a pouca representatividade de mulheres no espaço de treino ao dizer que:

> *"[...] mas uma das coisas que podia ser é a falta de outras mulheres no espaço, porque por um longo tempo, eu era sempre a única guria que estava ali nos treinos junto de outros guris. Então, infelizmente eu acho que também falta esse apoio de outras gurias fazendo."*

Tais relatos nos levam a confrontar o porquê desta ausência de mulheres sentidas por outras mulheres e quais os motivos parecem tornar o ambiente das lutas tão masculino. Ao voltarmos o olhar para o que alguns autores dizem sobre as questões de gênero nas práticas corporais, podemos angariar algumas pistas das lógicas que constituem a construção do ser homem e do ser mulher que imbuem este debate.

Para Louro (1997, p. 77), gênero refere-se "ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto". Assim, entende-se que as questões que circundam o gênero são indissociáveis da cultura, contexto histórico e social, além de expressar a importância destes fatores para além de qualquer argumento biológico apoiado nas diferenças sexuais.

Já para Stoller (1993, p. 28),não necessariamente concordante com a identidade de gênero, “os papéis de gênero são as formas de manifestação ou representação social de ser macho ou fêmea. Esses variam de uma cultura para outra e dentro de uma mesma cultura. (GROSSI, 1998, apud SAYÃO, 2009, p. 6).

A partir da percepção de que existe uma construção sociocultural por de trás dos estereótipos de homem e mulher representados ao nosso redor que impactam diretamente no falar, agir e pensar de nossa sociedade, pode-se então observar com olhos mais críticos os sistemas que compõe um ambiente predominantemente masculino no mundo das lutas. Sobre este ponto, podemos trazer Goellner (2007, p.31) nos fala que “ Por muito tempo as atividades corporais e esportivas (a ginástica, os esportes e as lutas) não eram recomendadas às mulheres porque poderiam ser prejudiciais à natureza de seu sexo considerado como mais frágil [...].”

Ainda apoiado em Goellner (2007) podemos reafirmar a importância cultural na construção das diferenças de gênero em detrimento aos fatores biológicos, que apesar de existentes, não possuem um caráter determinante nos papéis de gênero estipulados na sociedade.

Desta forma, podemos ver a percepção de L9 sobre os pensamentos e atitudes que cerceiam a iniciativa de entrada das mulheres nas lutas através desta fala:

> *[...] não tem um incentivo para entrar né. As crianças… porque ainda se vê muito como coisa de menino. [...] a mãe levava para o balé e eu também não queria ir pro balé, eu queria entrar lá no karatê, mas o karatê era tipo,“não né, só menino” ou tipo, “tu vai ficar muito agressiva” e todas essas características que querem tirar das mulheres e incentivar os homens assim.*

Podemos encontrar na literatura, afirmações que expõem e diferenciam as características desejáveis nas mulheres das “características que querem tirar as mulheres” mencionadas por L9:

> [...] força, agressividade e velocidade são características heteronormativamente construídas como masculinas, assim como, flexibilidade, cuidado e afetividade são constructos para o gênero feminino (AZEVEDO, 2003, , apud SILVINO; NUNES; PERES; CABRAL; SOARES, 2016, p. 4).

Além disso, das várias formas de cerceamento, algumas delas parecem acontecer mesmo dentro do tatame durante os treinos, como relata L4:

> *"Muitas vezes, essa disputa que entra dentro de quadra de ser melhor, de querer atenção do técnico, de querer atenção do professor e de estar fazendo melhor, se dá muito também, muitas vezes, da falta de confiança que os homens têm no seu potencial e eles acabam ferrando com a vida de uma mulher dentro do treino, entendeu? Já estive em locais, em academia que os cara não pensavam duas vezes se tivesse que dá um chute fora do protetor para machucar, porque a pessoa estava se destacando no treino para poder voltar aparecer porque era uma mulher que estava aparecendo e uma mulher não pode parecer mais que um homem num treino."*

Este relato parece dialogar com as afirmações feitas por Gastaldo (*apud*. THOMAZINI, MORAES e ALMEIDA, 2008), que apontam que as conquistas das mulheres por espaço na sociedade, como no mercado de trabalho, por exemplo, modificam a dinâmica social de inúmeras formas e isso não seria diferente no âmbito das lutas e das artes marciais. Esta inserção em massa, força símbolos masculinos heteronormativos a se romperem e com eles quebram também inúmeros argumentos que outrora garantiam a manutenção do cenário das lutas como unicamente masculino. Esta ruptura pode gerar uma gama de desconfortos que podem ajudar a explicar as atitudes vindas de homens exemplificadas por L4 e uma série de outras problemáticas vinculadas à experimentação das mulheres nas lutas e artes marciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Como conclusão deste artigo, dois tópicos merecem destaque: as implicações de método escolhidos para a realização da pesquisa; e as considerações em resposta ao objetivo traçado.

No que diz respeito às decisões de método, cabe destacar o desafio da criação de algumas estratégias para produção dos dados em decorrência das restrições impostas pela condição pandêmica instaurada nos últimos dois anos. Na etapa de construção do grupo de discussão, o uso de redes sociais foi essencial e possível através de um perfil pessoal. Nesse sentido, é preciso considerar como limitação a implicação dos algoritmos da plataforma digital no processo de busca por participantes. Entretanto, esse limitante não comprometeu o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que seu foco interessado no conteúdo das discussões promovidas. Uma possível solução para esta limitação pode estar na criação de um perfil específico para a pesquisa como forma de tornar a busca mais randomizada, caso esta seja uma necessidade de futuros trabalhos.

Outro fator limitante do processo foi a dificuldade em manter as participantes engajadas no grupo do aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas. Foi percebido uma interação mais intensa assim que o grupo foi criado, mas foi evidente que houve déficit de estratégias para manter o volume das falas mais constantes durante os meses em que o trabalho ocorreu. Diante dessa avaliação, a elaboração de formas de estimular a constância das discussões neste tipo de espaço online deve ser considerada em investimento futuros de pesquisa. Em relação à reunião síncrona, houve impedimento na participação de algumas mulheres por problemas técnicos vinculados à internet ou ao aparelho smartphone utilizado para a conexão na sala online, isso impediu a plena participação de algumas participantes, mas não inviabilizou a produção dos dados da pesquisa.

Contudo, o uso de redes sociais não só tornou possível a realização desta pesquisa no contexto da pandemia como também oportunizou a participação de mulheres que talvez nunca se encontrariam de outra maneira. Mesmo morando em

outras cidades ou viajando durante suas férias, elas puderam contribuir para este trabalho dentro de suas possibilidades.

Já em resposta ao objetivo de problematizar o conjunto de enunciações ativadas por um grupo de mulheres acerca de suas trajetórias pessoais na condição de praticantes de lutas ou artes marciais, esta pesquisa se depara com um grupo heterogêneo de mulheres interessadas nas lutas e que apesar das inúmeras diferenças, compartilham sensações e percepções acerca das vivências em suas práticas. Percebe-se que as enunciações convergem ao evidenciar a demanda por espaços mais favoráveis e acolhedores à experimentação das lutas e artes marciais por mulheres. Entre os aspectos destacados, a diferença de remuneração entre atletas homens e mulheres e a dificuldade de encontrar equipamentos e uniformes de treinos específicos para elas, foram recorrentes nas postagens e comentários. Além disso, identifica-se um apelo por espaços em que o incentivo à entrada e permanência das mulheres no universo das lutas e artes marciais não sejam deixados em segundo plano.

. Tanto Louro (1997) quanto Simões (2006) apontam como a Educação Física historicamente serviu de ferramenta para o fomento das diferenças nos papéis de gênero em nossa sociedade. Nesse sentido, as criações de espaços de discussão sobre o tema, como os proporcionados por essa pesquisa, ajudam a dar visibilidade às questões de gênero, ainda atuais e carentes de debate quando considerado os cenários de práticas de lutas e artes marciais. Portanto, seja em escolas, academias, dojos ou centros de treinamentos, estudar o que a literatura traz sobre as discussões de gênero se faz indispensável para que possamos ajudar a quebrar certas barreiras implicadas nos processos de inserção e permanência de mulheres nas lutas e nas artes marciais.

5 REFERÊNCIAS:

ALONSO, L. K. Máquina, palco, igreja: corpo feminino e esportes. In: FÓRUM DE DEBATES SOBRE MULHER & ESPORTE MITOS E VERDADES, 2. 2002. Anais...

São Paulo: Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2002. p.S64-66.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199, 14 abr. 1941. Diário Oficial da União, 16 abr. 1941. p. 7652.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos funções do dispositivo na prática da cartografia. In: Virgínia Kastrup; Eduardo Passos; Liliana da Escóssia. (Org.). Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. 2 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009, v. 1, p. 76-91.

SAYÃO, Deborah Thomé. A Construção de Identidades e Papéis de Gênero na Infância: Articulando Temas para Pensar o Trabalho Pedagógico da Educação Física na Educação Infantil. In: Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte e Congresso Internacional de Ciência do Esporte, XVI e III., 2009, Salvador, Bahia. Anais.

SALINAS, Carmen. Generando otras potencias: fútbol y género: Caso Club BocaJuniors. Lecturas: EF y Deportes, Buenos Aires, v. 8, n. 56, 2003. Disponível em: <http://w ww.efdeportes.com/efd56/genero.htm>. Acesso em: 10 de out. 2004.

SCOTT, Joan. Gender on the Politics 01 History. New York: Columbia University Press,1988 (p.28-50).

SILVINO, F.C; NUNES, D.M; PERES, T.S; CABRAL, J.C; SOARES, R.L. Jogos políticos e/ou jogos de Lutas? Uma discussão possível sobre disputas de gênero na Educação Física escolar. In: Congresso Sul-brasileiro de Ciências do Esporte-CSBCE, 8, 2016, Criciúma-SC. Anais...Criciúma, SC, 2016.

SOUZA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Cadernos CEDES, Campinas, v. 19, n. 48,p.52-68, 1999.

SOUZA, Gabriela C.; MOURÃO, Ludmila. Narrativas do Judô Feminino Brasileiro: Construção da Historiografia de 1979 a 1992. 2006.

SIMÕES, R. D. *Gênero e Educação Física: Um olhar sobre a produção teórica brasileira*, USP, 2006.

STOLLER, R. J. *Masculinidade e feminilidade: apresentação de gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FORMAÇÃO EM FOCO: PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

GOULARTE, Jean Michel de Melo; LEMOS, Marcelo Dias;
DOS SANTOS, Leontine Lima.

GONÇALVES, Arisson Vinicius Landgraf.
jeanmgoularte@outlook.com
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica; Docência; Formação Inicial; Educação Física.

1 INTRODUÇÃO

O estágio curricular supervisionado é um processo pedagógico que contextualiza para o discente os ambientes de trabalho possíveis em sua área de atuação profissional. De acordo com o inciso 2º do Art. 1º da Lei n° 11.788 de 25 de setembro de 2008 “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.” Ou seja, no estágio o estudante consegue articular os conhecimentos teóricos, estudados durante a graduação, com a prática dentro da sala de aula. Contudo, ao inserir-se no Programa Residência Pedagógica (PRP) o graduando traz para si a oportunidade de configurar a articulação anteriormente citada antes mesmo do estágio curricular obrigatório.

Com intuito de potencializar a formação docente inicial, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) emite, em 28 de fevereiro de 2018, a portaria n°38 que implementa o PRP com o intuito de amparar as Instituições de Ensino Superior a estabelecer projetos que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, em parceria com as escolas públicas (CAPES, 2018). Ademais, o PRP tem como objetivo qualificar a formação de estudantes das licenciaturas, articulando o trabalho entre Universidade as

realidades das escolas-campo, vinculadas à rede básica de educação dos estados e municípios.

No contexto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o último edital 24/2022 da CAPES (CAPES, 2022), contemplou 05 subprojetos de área: Ciências Biológicas, Educação Física, Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia; e 04 interdisciplinares: Artes e Geografia, Física e Química, Licenciaturas em Ciências Exatas e Educação do Campo e Línguas–Espanhol e Inglês. Essa edição envolve, aproximadamente, 135 residentes bolsistas, 27 residentes voluntários, 27 professores da educação básica e 15 docentes da universidade. Sua área de abrangência atinge os municípios de Rio Grande, São Lourenço do Sul, Santo Antônio da Patrulha e Caraá, no RS. De modo específico, o referido edital representa a estréia do curso de Educação Física (EF) da FURG no PRP. Nesta edição, foram contemplados no subprojeto da área o total de 15 bolsas para residentes, 03 bolsas para professores preceptores e 01 bolsa para docente orientador. Seu funcionamento se dá vinculado a três escolas-campo da cidade do Rio Grande - RS.

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo expor, conectar e justificar as ações da prática docente permitidas pela atuação através do PRP na escola-campo E.M.E.F. França Pinto[1] com a literatura proposta na formação inicial dos docentes de Educação Física. Com a participação pioneira da Licenciatura em Educação Física no edital 4/2022 da CAPES (CAPES, 2022) do PRP, as vivências e seus respectivos diálogos com a literatura compõem-se de um caráter inovador, tendo em vista não só a construção da formação inicial de futuros docentes mas também a inserção no contexto da licenciatura na cidade de Rio Grande/RS.

[1] A escola fica situada em uma zona urbana da cidade de Rio Grande (RS), e pode ser considerada de grande porte, tendo em vista que possui um ginásio poliesportivo, uma sala de ginástica e numerosos materiais. Também abrange desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental.

2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa é fruto das proposições de Daltro e Faria (2019) quanto ao relato de experiência ser uma "[...] modalidade de cultivo de conhecimento no território da pesquisa qualitativa, concebida na reinscrição e na elaboração ativada através de trabalhos da memória (p.229)". Neste sentido Bogdan e Biklen (1994) argumentam que "o objetivo dos investigadores qualitativos é o de melhor compreender o comportamento e experiência humanos [...], o processo mediante o qual as pessoas constroem significados. (p.70)" constituindo desta forma uma metodologia que revive memórias produzidas pelos residentes no contexto do PRP. Desta maneira a metodologia proposta na construção deste artigo, ao direcionar-se para o campo das pesquisas qualitativas, utiliza de dados descritivos e notas de campo, provenientes dos diários de bordo de alguns dos residentes do PRP em cruzamento com as proposições de leitura acadêmica que ocorrem durante toda a formação inicial/graduação. O uso de diários de bordo segue na perspectiva de ser uma ferramenta básica para educadores, pois ao nível da prática irá educar e melhorar os observadores e promover a reflexão coletiva sobre a prática por meio da coleta de dados, opiniões, análises iniciais e visões de mundo (Falkembach, 1987).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabendo que o PRP é constituído por três etapas: Ambientação e inserção com/nas escolas-campo; Regências e socialização das experiências; e Regência e Pesquisa. É a partir do segundo módulo do PRP que os residentes assumem a regência das turmas, sendo este o ponto central do relato de experiência. A partir do proposto por Libâneo (1994), um plano de aula e de ensino bem estruturados favorecem a organização do trabalho didático e estabelece uma metodologia facilitada com ordem de execução, refletindo positivamente nos futuros resultados de ensino aprendizagem os quais professores e alunos estarão submetidos. Sendo assim, após a construção de um plano de ensino direcionado a cobrir toda a proposição do Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino —

DOCTR (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2019) para os 8ºs e 9ºs anos da escola-campo abarcando os conhecimentos de Esportes (de invasão, de rede, de campo e taco), de Ginásticas (de condicionamento físico e de conscientização corporal), de Danças (urbanas), de Lutas (do mundo) e as Práticas Corporais de Aventura (na natureza e urbanas). Em razão da limitação de tempo que possui a Educação Física dentro do contexto escolar, com duas aulas de 45 minutos por semana, em combinação com a grande quantidade de conteúdos a serem desenvolvidos, adaptações se fazem necessárias. Neste caso, a adaptação se dá na aglutinação de alguns conteúdos, isto é, com a construção em torno de dois ou mais saberes de pilares diferentes da Educação Física de maneira simultânea. Sendo ainda cabível ressaltar, que mesmo com a aglutinação os saberes têm suas habilidades dispostas no DOCTR cobertas durante as aulas, conjecturando assim um plano de ensino que, conforme suscitam Menegolla e Sant'Anna (2001), constrói uma determinação das maiores urgências assim como as prioridades básicas, dispondo ainda uma ordenação de recursos e meios para atingir as finalidades, metas e objetivos da educação.

Com isto posto, o presente artigo, limita-se a tratar das ações já desenvolvidas durante todo o primeiro trimestre e um segmento do segundo trimestre do ano letivo de 2023. Período este em que os residentes assumiram a regência de suas respectivas turmas. Anteriormente ao protagonismo ser assumido, os residentes e preceptores desenharam em conjunto o plano de ensino. Neste está proposto que saber deve ser abordado em cada aula desta maneira ocupando uma função de guia para os planos de aula. Deste modo, semana a semana eram construídos em conjunto com a preceptora e sempre após uma aula, o plano de aula para o encontro seguinte, que conforme postula Piletti (2001) deve tratar da "sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem (p. 73)". Desta forma as reflexões e percepções da aula dada promoviam uma metamorfose no planejamento

metodológico da aula seguinte, observando os âmbitos Atitudinal, Procedimental e Conceitual (Batista; Moura, 2019) que a turma demonstrava.

As atividades do 1º trimestre, e também ao longo da parte do 2º trimestre, foram dedicadas aos desenvolvimentos das habilidades motoras e conhecimentos acerca dos Esportes de Invasão, das Ginásticas, das Danças Urbanas e das Lutas (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2019), conforme apresenta a Figura 1, sendo que o conteúdo Danças Urbanas é uma retomada de um conteúdo de 6º e/ou 7º ano, mas que em razão dos contextos e contratempos inerentes a escola acabou ficando com uma defasagem.

Figura 1 — Conteúdos Concluídos do Plano de Ensino

Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Em princípio as aulas foram propostas em um sentido mais prático com jogos e brincadeiras introdutórios que avançavam até a execução da modalidade

abordada, sendo isso permeado pelos conceitos através de explicações e construções coletivas sobre regras. Os esportes de invasão foram representados pelo Futsal, Basquete e Handebol, a partir de uma decisão dos residentes e da preceptora, optando pelas práticas mais comuns e conhecidas dos jovens, as quais não foram aprofundadas no ano letivo de 2022. Em uma perspectiva de deixar um legado para os estudantes que são mediados pelos residentes, e em consonância com uma abordagem crítico-emancipatória, que “valoriza a compreensão crítica do mundo, da sociedade e de suas relações” (Darido; Neto, 2011, p. 14), houve a construção de um material pedagógico direcionado a difundir o conhecimento quanto às regras dos esportes abordados. Em concomitância, as Ginásticas foram representadas pela Ginástica de Conscientização Corporal e Ginástica de Condicionamento Físico, através de uma perspectiva da saúde renovada elaborada por Farinatti e Ferreira (2006), na qual promovem-se práticas corporais alinhadas com o diálogo de conscientização de riscos e benefícios para a saúde. Na sequência, as atividades avançaram para o conteúdo de Danças Urbanas, utilizando como ferramenta pedagógica as mídias, pois o material audiovisual pode possibilitar o uso de materiais já existentes, a readequação dos recursos ou até mesmo a criação de novos. (Lisbôa *et al*, 2009). Neste, o desenvolvimento das atividades, e da avaliação do 2° trimestre, direcionou-se para a construção de uma releitura de algum vídeo viral envolvendo uma música encaixada na cultura urbana. Esta construção deu-se a partir da leitura de um texto produzido pela preceptora contextualizando a temática e na sequência com a explicação da tarefa solicitada. A avaliação, quando observada de uma perspectiva da intencionalidade, alinha-se simultaneamente com a perspectiva conceitual e procedimental elucidada por Batista e Moura (2019). Pois possibilita a contextualização, e o conhecimento, do conteúdo ministrado, concomitantemente que permite o desenvolvimento motor amplo, assim como a aprendizagem técnica, porém não de uma forma tradicional que visa repetição e desempenho (Batista; Moura, 2019). Ademais, a perspectiva procedimental também pode ser encontrada dentro dos critérios de avaliação da

tarefa, pois os alunos deveriam explorar, em suas coreografias, os planos baixo, médio e alto e a mudança de formações com a utilização de pelo menos duas formas diferentes.

Por conseguinte, foi abordado o conteúdo Lutas do mundo, mais especificamente, com o enfoque nas características das Lutas de curta, média e longa distância. No contexto procedimental, as atividades possuiam ênfase nos jogos de oposição conduzindo para a prática de luta agarrada, na experimentação com golpes de percussão e na esgrima. Já no conceitual, o planejamento se dedicava na compreensão dos princípios básicos das Lutas, como por exemplo a simultaneidade de ataque/defesa, a imprevisibilidade e as regras, e nas particularidades de cada uma das três modalidades. E, na dimensão atitudinal, o contexto desdobrava-se no cumprimento das regras, da ética, da prática não-violenta, inclusive focando na diferença existente entre luta/briga e violência/agressividade, e acerca do respeito ao próximo. Neste sentido, Oliver (2000) cita que as Lutas no contexto escolar, se sistematizadas e trabalhadas de forma pedagógica, servem como um valioso componente chave para os alunos administrarem e restringirem a complexidade das relações violentas. Ou seja, contribui para a criação de um contexto de respeito à integridade física, moral e social dos colegas.

Para desenvolvimento metodológico das aulas foi utilizado como fonte duas categorias motivacionais apresentadas no livro *Motivação para Aprender* de José Bzuneck, sendo elas: o significado e relevância das tarefas; e a reação do professor às tarefas cumpridas e avaliadas (Bzuneck, 2010). Desta forma, as aulas iam para além do “fazer por fazer”, possuindo objetivos que visavam o entendimento do conteúdo por parte dos alunos e também de forma que os mesmos conseguiam perceber a “transferência” da atividade, ou seja, entender o porquê de fazer tal proposta e como tal se conecta com o saber que estava sendo trabalhado. Além disso, *feedbacks* constantes eram utilizados para reforçar positivamente as tarefas realizadas em aula.

O princípio das aulas, aquecimento e primeira atividade central, preconizavam atividades em jogos de caráter cooperativo, opositivo e/ou competitivo. Sendo que, por o jogo se trata de

> uma invenção do homem, um ato em que sua intencionalidade e curiosidade resultam num processo criativo para modificar, imaginariamente, a realidade e o presente. (Coletivo de Autores, p. 65, 2012)

Sua utilização se dava com duas intenções, uma diagnóstica de perceber o sentimento da turma no dia da proposta e uma segunda de cunho introdutório ao saber posteriormente apresentado. Além disso, a utilização dos jogos como uma metodologia para o processo de ensino e de aprendizagem permitiu que conteúdos e conceitos fossem disponibilizados de maneira mais lúdica num primeiro momento, evoluindo até chegar ao mais próximo das regras oficiais (Darido, 2011).

Em última instância, a construção da sequência de aulas direcionava-se para uma aproximação com as habilidades inerentes a cada um dos saberes. Abordando, de acordo com o proposto por Batista e Moura (2019): na parte procedimental a execução de sequências de movimentos de yoga, jogos pré-desportivos, vivência do Esporte da escola, da construção da coreografia de Danças e das estratégias corporais das Lutas; a dimensão conceitual com a construção de mapas mentais referentes às regras/características dos Esportes e das Lutas, e também com a pesquisa referentes aos estilos de Danças Urbanas; por fim, a dimensão atitudinal na tangente do comportamento, respeito pelo espaço, pessoas e materiais e também da disponibilidade corporal para realizar as propostas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, o PRP em suas ações permite aos residentes a experimentação, produção e execução dos saberes construídos no intercâmbio entre universidade e escolas-campo, qualificando ainda mais a formação, não somente para os graduandos, mas também dos atores da educação básica envolvidos. Outro elemento a ser destacado é o processo de formação em serviço, possibilitando aos residentes a qualificação das suas experiências formativas em contato direto com a

realidade profissional, assim sendo possível observar em campo a articulação entre teoria e prática. Além disso, observamos no contexto investigado, que o PRP tem proporcionado a constante atualização da professora preceptora, pois produção do conhecimento se dá em mão-dupla, a medida em que os residentes aprendem imersos na realidade do cotidiano da escola-campo, bem como a preceptora tem a oportunidade de oxigenar sua prática no contato com a universidade.

. Por fim, cabe salientar a importância deste tipo de programa para as escolas-campo, preceptores e residentes no cenário não só da formação, mas, também, da produção acadêmica. Visto que o espaço escolar em consonância com o PRP mostra-se como um ambiente de potentes pesquisas e construções.

5 REFERÊNCIAS

BATISTA, C.; MOURA, D. L. Princípios metodológicos para o ensino da educação física escolar: o início de um consenso. **Journal of Physical Education**, v. 30, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. Constituição Brasil Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes;
altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial**
da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora. 1994.

BZUNECK, J. A. Como motivar os alunos: sugestões e práticas. *In*: BORUCHOVITCH, E; BZUNECK, J.A; GUIMARÃES, S.E.R (org). **Motivação para aprender**: aplicações no contexto educativo. Petrópolis, RJ: Vozes. 2010. p.13-42.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital 6**: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do programa residência pedagógica. 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital 24**: Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do programa residência pedagógica. 2022. Brasília: Ministério da Educação, 2022.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2012.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DARIDO, S. C. Avaliação em Educação Física na Escola. *In*: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeira, RJ: Guanabara Koogan. 2011. p. 122-136.
DARIDO, S. C; NETO, L. O contexto da Educação Física na Escola. *In*: DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeira, RJ: Guanabara Koogan. 2011. p. 1-24.
FALKEMBACH, E. M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto & Educação**. Ijuí, v. 2, n.7, p. 19-24, 1987.
FARINATTI, P. T. V.; FERREIRA, M. S. Educação Física escolar, promoção da saúde, e aptidão física: prevenção primária ou modelo de capacitação? *In*: FARINATTI, P. T. V.; FERREIRA, M. S. **Saúde, promoção da saúde e educação física**: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 165-178.
LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez. 1994.
LISBÔA, E.; JUNIOR, J.; COUTINHO, C. **Contributo do vídeo na educação online**. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, Braga, 2009.
MENEGOLLA, M. SANT'ANNA, I. M. **Porque planejar? Como planejar?** 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
OLIVIER, J. **Das brigas aos jogos com regras**: Enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.
PILETTI, Cláudio. **Didática geral**. 23ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.
PIMENTA, S. G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.p.15-39.
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Secretaria de Município da Educação. SANTOS, Felipe (Org.). *et al*. **Documento Orientador Curricular do Território Riograndino**: Ensino Fundamental. Rio Grande: SMed, 2019.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

RODRIGUES, Leonardo de Souza[1]

GRAEFF, Billy
leonardosrds98@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande

Palavras-chave: Projetos sociais esportivos; Avaliação; Esporte.

1 INTRODUÇÃO

Desde o século passado, entre as décadas de 1970 e 1980, tem crescido constantemente a implementação de organizações do terceiro setor no Brasil. Estas, inicialmente, tinham pretensão de suprir as necessidades sociais não atendidas pelo Estado, ou ainda, sendo organizações que se opunham às decisões e atuações relacionadas principalmente ao regime ditatorial no Brasil (ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2011).

Nesse contexto, originaram-se as Organizações Não Governamentais (ONGs), assim como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), as quais, a partir de iniciativas próprias, ao longo dos anos começam a se distinguir umas das outras, indo em busca da legitimação no espaço público, pretendendo captar recursos junto à instituições e entidades públicas e/ou privadas para que seja possível a sua implementação, assim como a sustentabilidade das ações (VIANA-MEIRELES *et al*., 2020; FETZNER; CARVALHO JUNIOR; SANTOS, 2021). Nos últimos anos, no Brasil e no mundo, há uma crescente na proposta de projetos sociais que utilizam o esporte como principal ferramenta de intervenção e atração de crianças e jovens no intuito de promover a inclusão social, a educação, o combate à violência e criminalidade, dentre outros aspectos caracterizados como pertencentes ao desenvolvimento humano (GIULIANOTTI, 2011; TRINDADE *et al*., 2016).

A gestão dessas organizações possui papel principal na elaboração de projetos sociais que procuram proporcionar a qualidade de vida e desenvolvimento social nas comunidades em

[1] Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Consolidação 3 e 4.

que inserem suas atividades. Dória e Tubino (2006) destacam o potencial socioeducativo do esporte quando implementado a partir de intervenções organizadas, possibilitando implementar iniciativas que de fato beneficiem a vida dos seus participantes.

Dito isso, considera-se a avaliação nos PSEs enquanto processo preponderante no aperfeiçoamento das iniciativas, bem como na obtenção de dados que poderão contribuir para a regulação das ações e decisões e, consequentemente, na forma com que o projeto irá transcorrer ao longo do tempo (GASPARINI; FURTADO, 2014; CORTÊS-NETO; DANTAS; MAIA, 2015). Para tanto, esta pesquisa tem como pretensão verificar o que há na literatura científica sobre a avaliação de PSEs e se justifica pela busca de dar destaque a essa área tão pouco habitada, considerando não só o crescimento do setor dos projetos sociais esportivos enquanto instituição educativa não formal, como também a alta na demanda de professores/instrutores e coordenadores da área e a potencial qualificação da formação destes trabalhadores e do conhecimento acerca de suas práticas.

2 METODOLOGIA

A presente proposta de estudo, possui como metodologia a revisão de literatura, a qual pretende-se realizar a construção de um referencial teórico, considerando este um dos aspectos preponderantes no ciclo da pesquisa logo após a delimitação do tema e objetivos a serem estudados (MATTAR; RAMOS, 2021). Através desta fez-se possível elencar trabalhos relacionados à temática da avaliação de projetos/programas sociais esportivos. O levantamento desses artigos científicos foi realizado a partir dos resultados obtidos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciElo) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dito isso, a pesquisa foi realizada utilizando o grupo de descritores: avaliação, projeto social e esporte. Com isso, os levantamentos ocorreram a partir dos operadores booleanos a seguir: [avaliação AND “projeto social” AND esporte]. Após, foram considerados apenas estudos que se tratassem de artigos, disponíveis em português, provenientes do Brasil e realizados nas duas últimas décadas (entre 2002 e 2023). Com isso, obteve-se 8 artigos, os quais caíram para 6 após situação de duplicata.

Para tanto, na próxima seção do presente trabalho serão elencados os trabalhos encontrados a partir do levantamento mencionado, destacando suas principais contribuições na missão de verificar como a avaliação dos PSEs vem sendo operacionalizada e compreendida na literatura científica brasileira. Além disso, inclui-se a obra de estudiosos do tema que propiciam a reflexão sobre o esporte enquanto ferramenta utilizada por projetos sociais esportivos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de apresentar as pesquisas e estudos sobre avaliação de PSEs, bem como outras revisões de literatura em torno do tema, esta seção elenca resultados relacionados ao desenvolvimento social, emocional e motor dos seus participantes. Ainda, permeando o foco deste estudo, se faz presente também questões articuladas aos responsáveis pelos PSEs (gestores e professores/instrutores), demonstrando a necessidade de estudos que funcionem como base para as iniciativas de seus PSEs, tomando conhecimento dos potenciais benefícios do esporte se oportunizado de maneira planejada.

O autor Giulianotti (2011) destaca um crescente movimento ao redor do mundo que é a aparição do esporte enquanto parte de políticas públicas sociais. Ou seja, nas últimas décadas deflagra-se um aumento expressivo no que diz respeito a projetos sociais que elencam o esporte como meio para a promoção do bem-estar e o desenvolvimento social advindo de diferentes iniciativas (governamentais e não governamentais, públicas e privadas). Assim, ressalta o setor do Esporte para o Desenvolvimento e a Paz (EDP) como um movimento de nível global que conta com o apoio político, financeiro e organizacional de grandes agências como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e muitos governos nacionais.

Em consonância a isso, Trindade e colaboradores (2016) ressaltam as ONGs, órgãos de governo e as agências de cooperação internacional enquanto instituições que nas últimas décadas se apoiam no esporte como instrumento para alcançar mudanças sociais referentes ao desenvolvimento humano, ainda que as propostas que elegem a prática esportiva como a principal ferramenta de intervenção social tenham lacunas nos resultados de suas ações, em outras palavras, carecem de avaliações que analisem o impacto das iniciativas desses projetos sociais.

A obra de Freitas e colaboradores (2022), possibilita refletir como se apresenta os estudos sobre o EDP na literatura acadêmica no Brasil a partir de uma revisão de literatura integrativa. Realizada através de quatro bases de dados científicas, utilizando critérios de inclusão/exclusão pré-estabelecidos e os descritores “Esporte e Desenvolvimento Social”; “Projeto Social Esportivo”; “Projetos Sociais Esportivos” levou para a análise 57 artigos relacionados aos estudos sobre PSEs no Brasil. A revisão contou com 17 categorias formuladas, escolhendo apenas 4 delas para maior explanação dos resultados, sendo estes: “Campo de atuação”, “Ano de publicação”, “Revistas” e “Resultados da pesquisa”. Entre seus achados, salienta-se o equilíbrio entre os campos de atuação, sendo encontrados 28 Projetos e 27 Programas, sendo apenas dois que se referem simultaneamente a Projeto e Programa.

Ademais, na seguinte categoria, os autores trazem à tona a grande quantidade de artigos que foram produzidos do ano de 2013 a 2019, mesmo que o recorte tenha sido de 2000 a 2020. Para eles, tal fator pode ter sido influenciado pelos megaeventos esportivos realizados no país na época e o alto interesse gerado no setor. Além disso, políticas governamentais em relação ao esporte só começaram a aparecer por volta de 2003, o que leva a apresentar menor incidência de estudos na área no início deste século.

Em relação às revistas publicadas constata-se a enorme variedade de áreas de conhecimentos, trazendo à luz a multiplicidade de campos de estudo em que os PSEs vêm despertando interesse. Por fim, em relação aos resultados da pesquisa, categoria que aponta para a conclusão de tais estudos, destaca-se o predomínio do “impacto para grupos pesquisados”, o que deflagra um olhar de pesquisadores nos aspectos voltados para a avaliação das intervenções dos PSEs, mas que acabam por não integrar em seus estudos a maneira com que a gestão dos próprios programas/projetos procedem em relação aos processos avaliativos.

Camargo, Santos e Silva (2022) utilizaram de uma revisão com características de metanálise qualitativa, tendo como objetivo compreender como foram estudados, planejados e avaliados os projetos sociais esportivos no Brasil antes da pandemia, sublinham a ausência de metodologias oficiais por parte dos PSEs. Dessa forma, não se faz possível inspecionar se as intenções do projeto estão sendo alcançadas, carecendo de um planejamento e sistematização das atividades para cumprir os objetivos desejáveis, quais sejam eles. Ainda, os autores refletem

sobre a avaliação no que concerne aos egressos dos projetos, faltando evidências e esforços para apontar se houveram de fato mudanças na vida desses participantes após as atividades nos projetos sociais.

Apesar da prática avaliativa não ser algo recorrente, principalmente no Brasil, instituições e agências internacionais de financiamento têm requerido resultados que estejam vinculados com outros fatores, para além daqueles que preconizam a economicidade dos programas sociais. É o que apontam os autores Cortês-Neto e colaboradores (2010) em sua obra, na busca de elaborar indicadores de sucesso que estabeleçam a eficácia e a eficiência, buscando a fidedignidade do processo avaliativo. Os projetos analisados por eles possuem viés sócio-educativo, sendo um deles proposto nas universidades e comunidades que circundam suas instalações, contando com a coordenação de professores universitários da área da Educação Física. A atuação do projeto ainda proporciona a formação iniciada de estudantes de educação física, uma vez que atuam estagiando como monitores de crianças e jovens.

Para tanto, a pesquisa com caráter longitudinal, teve o intuito de estabelecer comparações entre duas coletas, visto que o período da pesquisa se estendeu durante 2 (dois) anos. Destarte, averiguou-se algumas diferenças no desempenho escolar comparando jovens não aderentes do projeto (não estavam mais no ano seguinte) e aqueles que permaneceram no projeto durante esse período. Mesmo que incentivado pelos autores a utilização de tal método de levantamento de dados e validação dos achados, destaca-se o alto custo de pesquisa, para logística e manutenção dos acompanhamentos, além da possível perda de participantes acompanhados na pesquisa devendo dar destaque a possibilidade de coleta desses dados pelos professores participantes e ou proponentes das atividades, visto que acompanham de perto suas ações.

Os autores Cortês-Neto, Dantas e Maia (2015) salientam a falta de processos avaliativos sistematizados, os quais possibilitariam a regulação das ações dos projetos e diminuiriam as chances de fracasso, levantando dados concretos para este setor. Além disso, através de um levantamento de artigos científicos da área os autores buscaram averiguar o que a literatura trazia em relação aos benefícios dos projetos sociais, apontando para trabalhos que indicam, em sua maioria, a inclusão social e em seguida a socialização, aspecto que demanda clareza em sua

definição. Por fim, os autores acentuam que para uma melhor avaliação deve-se considerar o contexto desses jovens, assim como suas redes de ambientes sociais, comunidade em que reside e as políticas públicas locais, pois são fatores que, para além da atividade do programa, influenciam em decisões e valores sociais do indivíduo.

No que diz respeito à avaliação do impacto de PSEs, Machado *et al.* (2004) busca através de seu estudo investigar a influência do esporte enquanto possibilitador de ações educativas em um programa que visa a "construção participativa, orientada nos princípios da Educação pelo Esporte e nos Quatro Pilares da Educação para o Desenvolvimento Humano", propostos pela UNESCO (DELORS apud MACHADO *et al.*, p. 2004, p. 52). Estes pilares condizem com o desenvolvimento de competências relacionadas a aspectos cognitivos, sociais, afetivos, dentre outros. Através de um delineamento longitudinal foram avaliadas crianças pertencentes e não pertencentes ao PSE em questão, havendo um pré-teste (antes do ingresso dos participantes) e um pós-teste (6 meses após o ingresso).

Dessa maneira, foi possível realizar um comparativo entre os dois grupos de crianças e a partir disso verificou-se a influência do projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil, pois suas ações representaram um maior impacto positivo no que diz respeito ao desempenho escolar, nível de *stress* e qualidade de vida das crianças participantes em relação às que não fizeram parte das ações do projeto. Diante do exposto, os autores ponderam na conclusão do artigo a importância dos processos avaliativos no interior dos PSEs como instrumento que possibilita apurar se a missão do projeto teve sucesso, além de possibilitar as adequações necessárias para aperfeiçoar ainda mais as suas intervenções.

Para além das questões levantadas pelos autores citados anteriormente há também artigos que lidam com o impacto no desenvolvimento motor de crianças e adolescentes participantes de projetos sociais esportivos e/ou educativos. Santos, Neto e Pimenta (2013) recorrem para a comparação desses públicos em relação à jovens que não fazem parte de nenhuma iniciativa extraclasse voltadas para a prática de atividades físicas. Destacam, assim, a expressiva diferença no que diz respeito aos padrões de desenvolvimento motor e coordenação motora dos pesquisados, com esses índices sendo muito mais elevados em crianças e adolescentes incluídos em atividades físicas fora da escola. Ainda, levantam como sugestão a

realização de pesquisas que contemplem para além do desenvolvimento motor, dando vez para aspectos emocionais e sociais, tendo um procedimento para acompanhamento pré e pós intervenção das atividades.

Dória e Tubino (2006) a partir de um estudo de caso no Projeto Olímpico Mangueira, se propuseram a avaliar, por meio de um questionário, a construção de cidadania de 83 egressos que participaram do projeto há aproximadamente 15 anos, considerando categorias de cidadania elaboradas após revisão de literatura sobre o tema, são elas: "exercício de direito, participação ativa na sociedade, nacionalidade, exercício da liberdade, participação com responsabilidades da cidade, exercício da democracia, conciliações entre interesses individuais e coletivos e prática da solidariedade social" (p. 84). À guisa de conclusão obteve-se que o esporte colabora de maneira potente no que concerne à construção de cidadania, indo ao encontro do papel positivo-funcional em que os autores expressam

> O esporte na cultura brasileira configura-se como elemento de interação social, como agente do processo educacional, como mecanismo auxiliar à política de saúde e como veículo de promoção do lazer. É um instrumento que permite aos indivíduos de todas as classes sociais, raças e credos experimentar igualdade e justiça social (DÓRIA; TUBINO, 2006, p. 78).

Referindo-se ao esporte coletivo no lazer, especificamente, Zaluar (1994) demarca a eficácia deste no que se refere ao indivíduo em relação ao outro e a si próprio em esportes que demandam do ser humano a necessidade de expressarem-se em equipe, como um coletivo. Ainda, contrapõe que

> [...] a eficácia não é meramente simbólica por representar, num espaço simbólico porque ritualizado pelo jogo, a união, a coordenação e os movimentos coletivos. O esporte cria também um espaço real de encontro entre as pessoas que se reúnem tanto para aprender e experimentar suas habilidades, quanto para conhecer os outros e a si mesmas nisso. Daí resulta a ampliação do horizonte social dos jovens que acabam saindo do círculo familiar mais estreito,da rede de vizinhos mais próximo, da sua rua ou praça para o bairro, ou seja, de redes de sociabilidade que vão integrá-los à cidade (p. 65).

No estudo de Fetzner, Carvalho Junior e Santos (2021) entitulado "Projeto social na área do esporte: acompanhamento de uma experiência extensionista" foram realizadas observações, questionários e entrevistas juntamente aos professores, supervisores, jovens e seus

responsáveis a fim de explanar suas avaliações concernentes à área da Educação nos Núcleos do Projeto Cidadania em Ação financiado pelo Ministério da Cidadania e pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O projeto que possui como "carro-chefes" o esporte, recreação e lazer foi financiado através de ementa parlamentar e realizado em colaboração com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade, na qual escolheu uma empresa para implementá-la, contratando profissionais para trabalhar nos diferentes Núcleos.

Ademais, com a seleção por meio de edital de 5 professores para acompanharem o projeto e coordenarem uma pesquisa extensionista, havendo a presença de acadêmicos da universidade para o seu andamento, se sobressai nessa pesquisa a área da educação enquanto auxílio na proposição e implementação do plano de trabalho do Projeto em questão. Assim como a avaliação condizente à qualidade do Projeto, na qual foi utilizado como indicadores o atendimento das expectativas dos participantes e a estrutura local para o seu desenvolvimento. Importante salientar também a criticidade e cuidado em que os autores tratam do termo vulnerabilidade social e o utilitarismo que permeia o imaginário social quando se considera as ações dos projetos sociais.

Dessa maneira, tomam como um dos seus eixos de discussão a promoção de atividades para aqueles denominados como carentes, sendo o esporte e a educação direitos constitucionais em que todo cidadão deveria ter acesso, levantando questionamentos fundamentais ao pensar no esporte enquanto política social e a escola pública como instituição que poderia estar promovendo atividades em turno integral. Além disso, se faz presente também a reflexão sobre o curto prazo de inserção das ações visto que o investimento parte de ementa parlamentar que prevê apenas 10 meses de funcionamento.

Em se tratando de continuidade das ações e sustentabilidade de projetos sociais, Viana-Meireles *et al.* (2020) a partir de um ensaio teórico utilizando das concepções da Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner (1979/1996) apresenta em sua obra o fator preponderante da ação a longo prazo dos projetos para que sejam possíveis de chegar aos seus objetivos. Por conseguinte, também inclui a importância do conhecimento dos propositores de projetos sociais esportivos em teorias que abordam o desenvolvimento humano - com enfoque socioemocional - através do esporte, essencial para que tenham suas iniciativas coesas, dando destaque ao

planejamento antes, durante e pós realização das ações, com uma averiguação das mudanças decorrentes das iniciativas, podendo realizar avaliações qualitativas e quantitativas tendo em vista que tais levantamentos possibilitam apresentar os indicadores e impactos, aumentando as chances de incentivo às suas ações.

A partir dos estudos apresentados destaca-se o crescente investimento em projetos sociais que utilizam do esporte como "carro-chefe" de suas intervenções, ainda que muitas vezes o façam de maneira prévia, com desenvolvimento a curto prazo por motivos de baixo investimento e/ou falta de operacionalização de processos avaliativos que proporcionem a regulação de suas propostas. É visível também, a presença de estudos com iniciativas de avaliação de determinado PSE em andamento, sobressaindo a carência de obras que abordem o estudo da função do gestor enquanto protagonista de tal processo tão importante na adequação das atividades, assim como destacado nos artigos supracitados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, com a temática de PSEs, teve como pretensão elencar artigos presentes na literatura científica brasileira que tratam principalmente da avaliação nesse tipo de projeto. Como já esperado a partir de estudos anteriormente realizados (RODRIGUES; GRAEFF, 2020) foi vista uma carência no que diz respeito aos processos avaliativos decorrentes da gestão de PSEs e na maioria dos casos, é elencado pelos autores o impacto do esporte na vida dos beneficiários, porém a avaliação parte dos próprios pesquisadores a fim de reforçar o papel do esporte enquanto potente ferramenta no desenvolvimento humano.

Ainda assim, essas obras se apresentam enquanto necessárias para agregar ainda mais na discussão sobre o impacto e a avaliação deste no interior de PSEs. Como limitação desta pesquisa destaca-se que esta possui uma versão de forma mais detalhada na qualificação de um projeto de mestrado em andamento, a qual tem como complemento obras que utilizam do contexto macropolítico do terceiro setor, bem como obras que tratam dos aspectos presentes no diagnóstico de ações dos mais diversos projetos sociais.

5 REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Jairo José; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 209-242, fev. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/qbJYQ5xQQwNLgbbL5L3H8Zd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 junho 2022. http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122011000100010.

CARDOSO, M. L. DE M.; COSTA, D. M.. O que a perspectiva antropológica tem a dizer sobre a avaliação de projetos sociais apoiados pela cooperação internacional?. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 41, p. 117–140, jan. 2014.

CORTÊS-NETO, Ewerton Dantas; DANTAS, Maihana Maira Cruz; MAIA, Eulália Maria Chavez. Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 109-117, 28 jun. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265345667012>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CORTÊS-NETO, Ewerton Dantas *et al*. Elaboração de indicadores de sucesso em programas de saúde pública com foco sócio-esportivo. **Revista de Salud Pública**, Colombia, v. 12, n. 2, p. 208-219, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsap/2010.v12n2/208-219/#ModalArticles>. Acesso em: 01 jul. 2022.

DÓRIA, C.; TUBINO, M. J. G.. Avaliação da busca da cidadania pelo Projeto Olímpico da Mangueira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 77–90, jan. 2006. https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100006. Disponível em https://www.scielo.br/j/ensaio/a/svmZJ9BpkQBg5F8MsFz5QXn/abstract/?lang=pt#. Acesso em 12 out. 2023. https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i57.1531.

FETZNER, Andréa Rosana; CARVALHO JUNIOR, Arlindo Fernando Paiva de; SANTOS, Laís Conceição dos. Projeto social na área do esporte: acompanhamento de uma experiência extensionista. **Sér. Estud.**, Campo Grande , v. 26, n. 57, p. 103-123, maio 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822021000200103&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 out. 2023. https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v26i57.1531.

FREITAS, Gustavo da S.; SILVA MIGUEL, Ivan G.; FERNANDES, Dana V.; REIS, Mauricio C. dos; MORTOLA DIAS, Thais; SARAIVA BORGES, Deise; DE SOUZA RODRIGUES, Leonardo; COTTING TEIXEIRA, Juliana; GRAEFF, Billy. O Esporte para o Desenvolvimento e a Paz nas revistas acadêmicas brasileiras: uma revisão de literatura integrativa. **Movimento**, *[S. l.]*, v. 28, p. e28045, 2022. DOI: 10.22456/1982-8918.121670. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/121670. Acesso em: 29 out. 2023.

GASPARINI, Max Felipe Vianna; FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação de Programas e Serviços Sociais no Brasil: uma análise das práticas no contexto atual. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 117, p. 122-141, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282014000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/mCqmwxdC3MVcWYLYLj9rJng/?lang=pt#:~:text=ARTIGOS-,Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Programas%20e%20Servi%C3%A7os%20Sociais%20no%20Brasil%3A%20uma%20an%C3%A1lise,2012%2F10511%2D0.&text=RESUMO-,O%20presente%20trabalho%20busca%20elucidar%20as%20formas%20como%20a%20avalia%C3%A7%C3%A3o,principais%20bases%20de%20dados%20nacionais>. Acesso em: 5 jul. 2022.

GIULIANOTTI, R., 2011. The sport, development and peace sector: a model of four social policy domains. Journal of Social Policy, 40 (4), pp. 757-776.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela K. **Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas**. [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2021. *E-book*. ISBN 9786586618518. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618518/. Acesso em: 10 out. 2023.

RODRIGUES, Leonardo de Souza; GRAEFF, Billy. Projetos Sociais Esportivas da Cidade de Rio Grande - RS: uma aproximação a partir da sociologia do esporte. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 22., 2021, [S.L]. **Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte.** Online: Cbce, 2021. p. 1-3. Disponível em: http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2021/9conice/paper/view/15388. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTOS, Ana Paula Maurilia Dos. NETO, Francisco Rosa. PIMENTA, Ricardo De Almeida Pimenta. Avaliação Das Habilidades Motoras De Crianças Participantes De Projetos Sociais/esportivos. **Motricidade**, [S.L.]. v. 9, n. 2. p. 51-61. 2013.

SOUZA, Geiza Karine da Silva; SANTOS, Sandra Maria dos. **Avaliação em um dos projeto social esportivo de um município baiano**. 2017. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017. Disponível em:< https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/915>. Acesso em: 20 maio 2022.

TRINDADE, Nadyne Venturini; ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A PAZ: leituras acadêmicas em

diálogo com os usos do esporte para a pacificação no rio de janeiro. **Movimento** (Esefid/Ufrgs), [S.L.], v. 24, n. 2, p. 539, 20 jun. 2022. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66829>. Acesso em: 20 jun. 2022. http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.66829.

TRINDADE, Nadyne Venturini *et al*. A "CAIXA BRANCA" DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: apontamentos preliminares sobre a avaliação do instituto compartilhar pr. In: CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 8., 2016, Criciúma. **Anais do VIII Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte.** Criciúma: Cbce, 2016. p. 1-14. Disponível em:< http://congressos.cbce.org.br/index.php/8csbce/2016sul/paper/view/8225>. Acesso em: 05 jul. 2022.

VIANA-MEIRELES, L. G.; SALDANHA, D. M. de F.; MENESCAL, D. M. P.; OLIVEIRA, R. K. A. de; GONZALEZ, R. H. Projetos esportivos sociais para adolescentes no Brasil: impactos, implicações e barreiras. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p. 77–82, 2020. DOI: 10.36453/2318-5104.2020.v18.n1.p77. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/24020. Acesso em: 15 out. 2023.

DANÇAS URBANAS NA ESCOLA: UMA PROPOSTA AVALIATIVA ATUAL PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAS LEMOS, Marcelo; GOULARTE, Jean Michel de Melo; BOTELHO, Nathalia Coelho; SANTOS, Leontine Lima.

GONÇALVES, Arisson Vinicius Landgraf.

marcelodlemos42@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande — FURG

Palavras-chave: Educação Física; Dança; Avaliação.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Coletivo de Autores (2012), as Danças para a humanidade podem ser consideradas uma representação expressiva de diversas nuances da vida. Desta forma, pode-se percebê-la como uma linguagem socio cultural permeada e incubida de transmitir sentimentos, emoções e afetos experienciados nos diversos contextos inerentes à existência humana. Por conseguinte, as Danças como elemento da cultura corporal devem estar integradas ao currículo escolar de Educação Física requerendo o mesmo afinco para seu desenvolvimento. Ademais, as Danças são, na escola, um artifício para que o professor possa desenvolver o crescimento afetivo através da promoção de oportunidades para: movimentar-se e, por meio deste, desenvolver a criatividade; formas rítmicas e padrões básicos de dança; meios para tecer as relações do corpo com o espaço; caminhos para coordenar movimentos com a música, a arte, a ciência, a matemática e a linguagem artística (Carbonera; Carbonera, 2008. Gallahue; Donnelly, 2008).

Outrossim, de acordo com Darido (2012) o processo avaliativo, na Educação Física escolar, oferece ao docente elementos para um pensamento reflexivo sobre sua prática, no que compete aos objetivos, conteúdos e métodos. Ainda, a avaliação pode ajudar tanto no processo de práxis pedagógica quanto na perspectiva do

discente tendo em vista que é uma ferramenta para o desenvolvimento crítico da observação de suas conquistas, dificuldades e possibilidades (Darido, 2012).

A presente escrita, trata de um artigo completo que utiliza do instrumento de pesquisa conhecido como relato de experiência. Tal ferramenta metodológica, possui cunho qualitativo e busca servir-se da revisitação de memórias para o diálogo construtivo do saber. Nesse sentido, a partir do Programa Residência Pedagógica (PRP), graduandos de Licenciatura em Educação Física tiveram a oportunidade de criar uma progressão para o desenvolvimento do conteúdo de danças urbanas e por consequência uma avaliação dos saberes desenvolvidos abarcando os âmbitos conceitual, procedimental e atitudinal. A referida proposta só é possível em razão do currículo contínuo, implementado pelo Parecer CNE/CP Nº 6/2021 (Brasil, 2021) que dispõe sobre a retomada do ensino presencial e da metodologia para permitir a recuperação dos conteúdos e habilidades de um segmento da educação básica que pelo contexto não puderam ser devidamente estudados durante o período pandêmico, como é o caso da inserção das Danças Urbanas no planejamento dos oitavos e nonos anos.

Desta forma, o objetivo do presente artigo é compartilhar a construção de um mecanismo avaliativo para os saberes das Danças, utilizando como ferramenta pedagógica as plataformas de vídeos virais em consonância com os preceitos do Documento Orientador curricular do Território Rio-grandino (DOCTR) e da literatura proposta no curso de Graduação de Licenciatura em Educação Física. Tal ferramenta avaliativa deriva da elaboração coletiva entre preceptora e residentes do PRP atuantes nos anos finais do ensino fundamental na escola-campo E.M.E.F. França Pinto[1]. Em concomitância, a escrita busca estabelecer um possível caminho de abordagem para as Danças nos anos finais do ensino fundamental.

[1] A escola fica situada em uma zona urbana da cidade de Rio Grande (RS), e pode ser considerada de grande porte, tendo em vista que possui um ginásio poliesportivo, uma sala de ginástica e numerosos materiais. Também abrange desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental.

2. METODOLOGIA

O método de pesquisa é resultado das propostas de Daltro e Faria (2019), segundo as quais o relato de experiência é uma "[...] modalidade de cultivo de conhecimento no território da pesquisa qualitativa, concebida na reinscrição e na elaboração ativada através de trabalhos da memória (p.229)". Nesse sentido, Bogdan e Biklen (1994) argumentam que "o objetivo dos investigadores qualitativos é o de melhor compreender o comportamento e experiência humanos [...], o processo mediante o qual as pessoas constroem significados. (p.70)", constitui assim um método de reavivar memórias criadas pelos residentes no âmbito do PRP. Desta forma, o método proposto na construção deste artigo, ao mesmo tempo que visa o campo de pesquisa qualitativa, utiliza dados descritivos e notas de campo, retiradas dos diários de alguns residentes do PRP, aliados a sugestões de leituras acadêmicas ocorridas ao longo do curso de formação inicial/licenciatura. O uso de diários continua a ser uma ferramenta fundamental para educadores, porque no nível prático irá educar e melhorar os observadores, bem como promover a reflexão colectiva sobre a prática através da produção de dados, opiniões, análises originais e visão do mundo (Falkembach, 1987).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As danças, assim como todos componentes da cultura corporal, sempre estiveram presentes na sociedade das mais variadas formas de manifestações. Na antiguidade as danças eram vistas como forma de ritual do homem que dançava para caçar, por alegria, por tristeza e por diversas outras razões atribuídas aos significados da vida (Verderi, 2009). Com isto posto, sustenta-se então a importância da dança para o componente curricular de Educação Física alinhado com o pontuado no DOCTR, que, de acordo com o documento, "aborda o conjunto das práticas que são produzidas por atividades corporais que criam ritmos variados, com passos que evoluem e por vezes estão integradas às coreografias" (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2019. p. 319). A partir disso, a proposta para a abordagem

das Danças pelos residentes foi desenvolver com os alunos, durante quatro aulas, uma das inúmeras formas de manifestações, estilos e tipos de danças. Portanto, aproveitando-se da perspectiva de currículo contínuo, buscou-se retomar os saberes das Danças Urbanas[2] tendo em vista que é conteúdo que no cenário pandêmico — com poucas oportunidades de desenvolvimento — teve uma abordagem superficial.

Na primeira aula dedicada para abordar o conteúdo das Danças Urbanas, primeiramente foi contextualizado no quadro, utilizando um mapa mental, brevemente a história, as características e as modalidades de Danças Urbanas. Após, os alunos deveriam dividir-se em grupos e escolher uma modalidade. Na sequência foi estabelecido que deveria ser construída uma pesquisa via internet, na sala de informática da escola, almejando a construção de um mapa conceitual direcionado a pelo menos um dos estilos de danças presentes no guarda-chuva das Danças Urbanas, pontuando as características do(s) estilo(s) escolhido(s). Assim, foram escolhidos o Vogue, o Hip Hop Freestyle, o Breakdance, o Popping e o Locking. Desta maneira, conectando-se ao pontuado por Batista e Moura (2019) foi possível a construção conceitual de maneira prévia a procedimental.

Na sequencialidade do conteúdo e das aulas, houve o avanço para os âmbitos procedimentais e atitudinais, e para isso foi lançada a proposta de avaliação, na qual os alunos estariam incumbidos de escolher uma coreografia viral já existente. E, a partir disso, o direcionamento deu-se para uma ação de reinvenção e/ou criação de uma coreografia, podendo estar ou não relacionado aos estilos de dança pesquisados anteriormente. Nesse sentido, o processo avaliativo culminava na produção de uma coreografia registada em vídeo, na qual deveriam estar contidos: 1) movimentos no plano, alto, médio e baixo; 2) deslocamento e troca de formações (posição inicial e final); 3) reinvenção ou criação de uma coreografia curta; 4) todos os membros presentes no enquadramento da câmera. Tais critérios avaliativos dialogam diretamente com o proposto por Laban (1990) no referente a

[2] As danças urbanas estão no DOCTR como objetivo de conhecimento dentro da unidade temática de Danças.

quatro dos dezesseis temas de movimento básicos.

O primeiro dos critérios tem seu embasamento no décimo primeiro tema de movimento básico relacionado com a orientação no espaço, em função da necessidade de deslocamento pelo espaço ocupando diferentes direções. Com direcionamento semelhante, o segundo critério adere ao proposto no décimo quinto tema tratando das formações que podem ser simples como filas ou círculos mas que demandam organização e sincronia para a transição. O terceiro critério, o mais complexo dos quatro, habita o mesmo terreno do décimo sexto tema no qual pontua a dança como uma linguagem de ação e expressão onde as múltiplas intenções emergem em uma ordem coerente da mensagem transmitida. Em concomitância, o quarto critério tem concordância com o suscitado no terceiro tema no qual argue-se quanto à consciência do espaço que se ocupa.

Para além disso, a proposta tratou da experimentação dos alunos com as danças na composição e coordenação de movimentos na intenção de representar uma forma de comunicação dos corpos dos alunos. Desta forma, a avaliação conduzia para o caminho da expressão corporal através dos movimentos, produzindo uma linguagem através de cada coreografia criada e uma linguagem através da dança. Ainda na segunda aula, e também na terceira aula, os estudantes em seus grupos autodeterminados começaram as experimentações. Em um primeiro momento, foi oportunizado para as turmas experimentar, refletir e recriar pensamentos, sobre como se movimentar, as possibilidades de mover braços, pernas, quadris, o corpo todo, movimentos de ida e volta, de forma livre e criativa, o que para Laban (1990) se caracteriza como o primeiro tema de movimento elementar, demarcado pela consciência corporal e simplesmente a ação motora, um corpo em movimento em um determinado espaço.

Ao longo do desenvolvimento das aulas, os estudantes puderam progredir para uma reflexão direcionada de como conectar os movimentos outrora livres. Preconizando o ordenamento e a combinação dos movimentos rítmicos. Neste sentido, alinhou-se o sétimo tema de movimento estabelecido por Laban (1990),

para a diferenciação entre ações com diferentes partes do corpo que por si tem velocidades e vigor próprios. Salienta-se aqui que a presença dos residentes e da professora preceptora mostrou-se fundamental no que concerne ao auxílio na conexão, da produção dos passos e das combinações de movimentos que os alunos compreenderam como adequados para a composição da coreografia, em razão de boa parte dos alunos terem demonstrado dificuldade para encaixar-se no ritmo e tempo da dança em relação à música que por eles foi escolhida. Os educadores atentaram-se para o auxílio com a contagem de tempos dentro da dança, tendo em vista que estes constituem-se em uma contagem de oito tempos musicais, podendo ser mais rápidos, na aceleração de movimentos, ou mais lentos, mantendo a mesma contagem. Os movimentos lentos, acelerados, leves ou pesados, conectado com o ritmo, faz parte da consciência das ações dos mesmos, ainda que possam ser isolados ou combinados (Laban, 1990).

Na quarta, e última, aula ministrada do conteúdo Danças Urbanas, após todo o processo de criação, os alunos deveriam apresentar suas coreografias para a turma. Concomitante a apresentação, a professora filmou as coreografias para posteriormente conseguir avaliar se os grupos atingiram os critérios avaliativos e para ter como registro. Além disso, o vídeo seria mostrado para os alunos com o intuito de os mesmos perceberem e refletirem sobre suas construções de movimento, assim como para conseguirem se enxergar dançando.

Desta forma, torna-se mais significativo utilizar uma metodologia que não vise apenas a reprodução, mas sim a construção de repertórios que desperte a constituição de opiniões próprias, a sensibilidade, o senso de criticidade aspirando a autonomia e potencial de criação dos discentes (Barreto, 2004).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, é perceptível notar que é possível trabalhar o conteúdo Danças na escola sem ser especialista na área. Também, é necessário que haja estudo e inovação para conseguir articular o conteúdo de forma a ser atrativo e educativo

para os discentes. Outro elemento a ser destacado é a articulação entre teoria e prática que o PRP permite. Pois, deste modo, a parceria entre os residentes e a professora preceptora torna o processo criativo para a atuação fluído e contextualizado. Corroborando para que os objetivos elaborados sejam atingidos tanto na perspectiva de ensino quanto na de aprendizagem.

Em contrapartida, é necessário pontuar que o desenvolvimento de saberes ligados às Danças, assim como dos outros componentes da cultura corporal, demanda muita dedicação para adquirir conceitos quando para um professor que não possui uma especialidade muito grande no tema. Nesse sentido, denota-se a importância de uma rede de conexões docentes, que permitem trocas de saberes entre professores com diferentes especialidades. Dessa forma, todos os conteúdos podem ser melhor aprofundados em função da absorção de ponderações e elaborações de colegas docentes referentes a conceitos.

5. REFERÊNCIAS

BARRETO, D. **Dança... ensino, sentidos e possibilidades na escola**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

BATISTA, C.; MOURA, D. L. Princípios metodológicos para o ensino da educação física escolar: o início de um consenso. **Journal of Physical Education**, v. 30, 2019.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora. 1994.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 6/2021** - Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. MEC: Brasília - DF, 2021.

CARBONERA, D.; CARBONERA, S. A. A importância da dança no contexto escolar. **Cascavel: ESAP**, 2008

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2012.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DARIDO, S. C. A avaliação da educação física na escola. **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral.** São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 16, p. 127-140, 2012.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto &**

Educação. Ijuí, v. 2, n.7, p. 19-24, 1987.
GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. **Educação Física desenvolvimentista para todas as crianças**. 4ª Ed. São Paulo: Phorte, 2008. 726 pág.
LABAN, R. Dança educativa moderna. Tradução de Maria da Conceição P. **Campos. São Paulo: Ícone**, 1990.
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Secretaria de Município da Educação. SANTOS, Felipe (Org.). *et al*. **Documento Orientador Curricular do Território Riograndino**: Ensino Fundamental. Rio Grande: SMed, 2019.
VERDERI, E. B .**Dança na escola: uma abordagem pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2009.

PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA A PARTIR DO CAMPO DISCURSIVO DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA DE 2010 A 2023

NOGUEZ, Mario

GONÇALVES, Arisson (orientador)

marioneto180598@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Palavras-chave: Projetos Sociais Esportivos; Educação; Educação Física; Violência;

1 INTRODUÇÃO

O acesso ao esporte além de ser importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente é um direito social garantido por lei. De acordo com a Constituição Federal de 1988, mais especificamente no artigo 217 “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um (…)” (BRASIL,1998, art. 217). A relevância do esporte na sociedade brasileira e o alcance socioeconômico e cultural do desporto justificam esse direito constitucional. Diante disso, cabe ao Governo promover ações através de políticas públicas sociais para atender a população.

Segundo Kravchychyn e Oliveira (2015), existe um aumento da demanda por Projetos Sociais Esportivos (PSE), pois eles integram o contexto das políticas públicas de esporte no Brasil. Por efeito, o tema desperta o interesse acadêmico, em diversas áreas, tais como: direito, ciências políticas, ciências sociais, entre outras. Entretanto, neste artigo iremos nos dedicar aos debates promovidos, especialmente, pela produção de conhecimento na área da educação física brasileira. Ainda que se trate de um recorte, é notável que pesquisadores deste campo abordam os PSE sob diferentes perspectivas. Entre os mais recorrentes, encontramos alguns enfoques interessados em: proliferação dos PSE em determinados territórios; sentidos atribuídos aos PSE pela comunidade envolvida; barreiras e dificuldades no processo

de implementação e avaliação de determinados projetos; problematizações acerca da eficiência do esporte como ferramenta educativa e inclusiva.

Com base nesse cenário, este artigo empreende a realização de uma revisão sistemática, cujo objetivo consiste em mapear e problematizar a produção dos discursos acadêmicos emitidos pelo campo da Educação Física acerca do tema PSE nos últimos 13 anos. Para isso, recorremos ao levantamento das produções científicas no contexto brasileiro, a fim de registrar as discussões recorrentes que compõem o campo de problematizações acerca da temática, colocando-a em debate com outros campos de saber: educação, segurança, saúde, etc.

2 **METODOLOGIA**

Em linhas gerais esta pesquisa se caracteriza como uma revisão sistemática qualitativa. De acordo com Sampaio e Mancini (2007), trata-se de uma forma de pesquisa que integra/agrupa os conhecimentos produzidos por estudos de uma temática específica, utilizando como fonte a literatura.

A revisão em tela delimitou-se às bases de dados *Scientific Electronic Librar y Online (Scielo)* – Brasil, e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), escolhidos pela possibilidade de retorno de grande quantidade de periódicos nacionais. Os descritores utilizados para pesquisa foram “projeto social esportivo" *Or* “programa social esportivo”, utilizados tanto na busca por título quanto na busca em todos os campos. Os filtros de pesquisas foram: trabalhos em formato de artigo; texto disponível na íntegra; texto no idioma português; artigos revisados por pares; no intervalo de 2010 a 2023[1].

Ao todo foram encontrados 216 artigos. Na base eletrônica Scielo foram 10 artigos, sendo eles 7 na busca por “todos os campos” e 3 na busca por “títulos”. Já na base eletrônica Periódicos Capes foram encontrados 206 artigos, sendo 179 na

[1] Foi delimitado este período para encontrar estudos posteriores às ações expansivas de políticas públicas de esporte implementadas no governo Lula (2003 a 2010).

busca por “todos os campos” e 27 na busca por “títulos”. As pesquisas foram realizadas no dia 19.06.2023.

Após o processo de busca dos artigos, estes foram avaliados a partir do título e do resumo, obedecendo aos seguintes critérios de inclusão: a) estudos relacionados a PSE brasileiros, b) Artigos escritos em português no período de 2010 a 2023. c) artigos revisados por pares. d) artigos disponíveis de forma gratuita e online. Já os critérios de exclusão foram: a) Artigos que não tratam especificamente de PSE brasileiros; b) artigos de revisão; c) estudos realizados em PSE brasileiros utilizando suas estruturas e/ou atores, mas que abordam especificamente sobre desempenho motor dos participantes; d) estudos realizados em PSE brasileiros utilizando suas estruturas e/ou atores, mas que abordam especificamente sobre questões de gênero; e) artigos no formato de relato de experiência. Logo, dos 216 artigos encontrados na busca: 50 foram desclassificados por duplicata; 124 foram excluídos pelo critério “a”; 10 foram excluídos pelo critério “b”; 2 foram excluídos pelo critério “c”; 3 foram excluídos pelo critério “d”; e 3 foram excluídos pelo critério “e”. Resultando em 24 artigos classificados para comporem o corpo empírico da pesquisa.

Na sequência, os artigos classificados foram lidos e fichados na íntegra, os dados produzidos foram analisados através do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A partir disso, foi criado um quadro contendo as principais informações dos artigos (título, ano de publicação, revista, autores e objetivo principal).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao mapear os artigos científicos que se dedicaram aos PSE foi possível ter uma visão mais ampla das discussões mais recorrentes que compõem o campo de problematizações acerca da temática. Com base na análise qualitativa dos textos, percebemos que alguns temas são abordados com maior frequência, por exemplo:

políticas públicas; benefícios ou barreiras para participação de um PSE; vulnerabilidade social; esporte como ferramenta educativa e estilo de vida saudável; entre outros. A partir deste registro agrupamos as discussões recorrentes em 2 blocos, nomeados da seguinte maneira: (1) Projetos sociais esportivos e políticas públicas; (2) Esporte, Educação e Vulnerabilidade. Por interesse de pesquisa, criamos um 3° bloco, mas esse dedicado a problematizar a lacuna identificada no cenário investigado, a relação entre os PSE e violência.

Cabe ressaltar que o objetivo do agrupamento temático não se reduz à rotulação dos artigos de modo engessado, mas imprime um modo de organização adotado com vistas na identificação dos assuntos recorrentes quando o tema PSE é discutido. A partir disso, identificamos os temas abordados em cada artigo e discutimos dentro dos blocos temáticos, salientamos que essa abordagem permite que o mesmo artigo esteja presente em 2 ou mais blocos. Nesse sentido, seguimos com o detalhamento dos três blocos temáticos:

1. **Projetos sociais esportivos e políticas públicas**

Neste bloco são apresentadas as discussões mais frequentes no corpo analisado em relação aos PSE e as políticas públicas de educação e esporte. Estes se encontram no mesmo bloco temático pois entendemos que existe uma relação indissociável entre esses dois tópicos. Em relação aos PSE, de modo geral, as discussões costumam centrar-se na caracterização do crescimento, do papel, dos benefícios e dos objetivos dos projetos ou programas. Ademais, apontam uma carência no processo de avaliação e do acompanhamento das atividades e seus efeitos. Já as discussões que permeiam as Políticas Públicas relativas à Educação e ao Esporte, destacam a intervenção do Estado no contexto social, a utilização da constituição de 1988 como referência, os orçamentos/gastos públicos e o terceiro setor como pontos de articulação dos debates e discussões.

As pesquisas de Castro e Souza (2011) e Guimarães, Silva e Zampier (2019), apontam um crescimento tanto do número de PSE nos municípios brasileiros quanto dos estudos sobre esse tema. Esses projetos cumprem alguns papéis em nossa sociedade, para os autores Meireles et al (2020) e Grando, Madrid (2017), os PSE focalizam na inclusão social e na promoção de espaços de proteção, principalmente para crianças em situação de vulnerabilidade social, assim minimizando as desigualdades. Para Steigleder, et al (2018), o papel dos PSE consiste em dar condições às comunidades de maneira que seus usuários possam adquirir autoridade, autonomia e poder de representação social e política no contexto habitado.

Existem PSE atuando em diversos contextos, cada um deles com suas características, objetivos específicos, metodologias e metas, mas de acordo com essa revisão fica evidente que alguns objetivos gerais são comuns a todos PSE, podemos destacar a promoção do acesso ao esporte (Guimarães, Silva e Zampier, 2019 e Berger, Ginciene e Leonardi, 2020) e o objetivo de proporcionar um espaço de aprendizagem, proteção e interação social (Berger, Ginciene e Leonardi, 2020; Costa, Pinto e Martins, 2015; Teixeira et al, 2014).

Através dessa revisão também foi possível identificar os principais benefícios que esses projetos proporcionam ao seu público, de acordo com Costa, Pinto e Martins (2015) destaca-se a disciplina, o respeito, a responsabilidade, a inclusão e a melhoria na qualidade de vida. Além disso, alguns estudos incluídos nesta revisão identificaram uma carência dos PSE no processo de avaliação. Os autores Hecktheuer e Silva (2011), relatam a necessidade de mais estudos sobre esse processo.

Outro elemento observado, é o modo indissociável com que os estudos sobre PSE tratam as discussões relativas às Políticas Públicas de Educação e Esporte. Os estudos de Teixeira et al, (2014), Grando e Madrid (2017), Athayde, Passos e Húngaro (2017), definem Políticas Públicas como formas de intervenção do Estado no contexto social com o objetivo de assegurar e garantir o exercício da cidadania e

dos direitos civis, políticos e sociais. Dos artigos selecionados, oito utilizaram a Constituição Federal como referência para desenvolver suas discussões, mencionando principalmente o Art. 6º e o Art. 217 (Teixeira et al, 2014; Martins, Bastos e Ferreira, 2019; Costa, Pinto e Martins, 2015; Steigleder et al, 2018; Rodrigues, Darido e Paes, 2013; Santos, Starepravo e Neto, 2015; Athayde, Passos e Húngaro, 2017 e Guimarães, Silva e Zampier, 2019). No artigo 6º são afirmados os direitos sociais de todos os cidadãos, entre eles o acesso ao lazer. Já o artigo 217 afirma que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada cidadão. Além disso, é importante destacar que neste artigo é afirmado que a destinação de recursos públicos deve ser prioritária para o desporto educacional e, apenas em casos específicos, para o desporto de alto rendimento (BRASIL, 1998, art. 6 e 217).

A Constituição Federal deixa claro que o Estado tem o dever de promover ações esportivas para assegurar os direitos dos cidadãos. Entretanto, os estudos de Teixeira et al, (2014)**;** Heckttheuer e Silva, (2011)**;** Antunes e Silva, (2018) e Santos, Starepravo e Neto, (2015), indicam que, no caso dos PSE, muitas vezes essa responsabilidade é transferida para o Terceiro Setor.

Além disso, o estudo Martins, Bastos e Ferreira, (2019) aponta diversas barreiras que impedem o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer, tais como o assistencialismo e o utilitarismo concedidos ao esporte, a hierarquização de prioridades sociais, a carência e falta de acesso aos equipamentos esportivos e a construção de Políticas Públicas visando o número de atendidos ao invés da qualidade.

Destacamos que alguns textos apresentam objetivos comuns, mesmo considerando PSE de matrizes distintas. Essa constatação nos provoca a suspeita de que as discussões acerca dos PSE costumam assumir como ponto pacífico uma estrutura de caráter invariável que, por sua vez, independe do período e do contexto em que tais práticas se localizam, ou seja, é possível identificar através dessas apropriações que, os PSE operam como uma fórmula pronta a ser aplicada

enquanto ferramenta educativa e, até mesmo, assumindo o estatuto de Política Pública de Esporte e Educação por si mesmo.

2. Esporte, Educação e Vulnerabilidade

Este bloco trata da relação estabelecida entre PSE e os tópicos Esporte, Educação e Vulnerabilidade sobretudo, da apropriação do esporte como prática educativa aplicada a determinadas realidades e a vulnerabilidade social como condição recorrente para caracterização das ações dos PSE. Ao atentarmos para os artigos analisados, percebemos a preocupação dos autores em demarcar as definições de esporte que se baseiam, bem como, os benefícios relacionados à prática regular de esportes/exercícios físicos.

Na literatura acadêmica podemos encontrar diversas definições para os esportes, mas com base nesta revisão os autores Berger, Ginciene e Leonardi (2020), Martins, Bastos e Ferreira (2019), Rodrigues, Darido e Paes (2013), Grando e Madrid (2017) utilizam a conceito de Paes (2002), onde o esporte é definido como um fenômeno sociocultural complexo com múltiplas manifestações presentes em diversos contextos.

Observamos em alguns artigos a utilização da noção comum ao campo da atividade física e promoção da saúde acerca dos inúmeros benefícios advindos da prática regular de exercícios físicos, como justificativa para o funcionamento dos PSE. De acordo com Berger, Ginciene e Leonardi (2020), Simarelli et al (2022) estes benefícios geralmente estão associados à saúde/qualidade de vida, ao convívio social, à afetividade/amizades e ao desenvolvimento cognitivo. Sendo assim, através do esporte e seus benefícios, os PSE reforçam seus objetivos implicados no desenvolvimento integral da criança e adolescente.

Em quatro dos estudos selecionados, foi predominante a abordagem de valores éticos e morais do esporte como uma ferramenta/meio para ensinar e aprender (Grando e Madrid, 2017; Antunes e Silva, 2018; Castro e Souza, 2011;

Guimarães, Silva e Zampier, 2019). Sobre esse tema, tanto Guimarães, Silva e Zampier (2019), quanto Antunes e Silva (2018), abordam o esporte como um instrumento para aprender e respeitar as regras de convivência. No estudo de Castro e Souza (2011), o esporte é utilizado como ferramenta para promover valores e bom comportamento. Por fim, os autores Grando e Madrid (2017), relatam que o esporte deve ser abordado por um viés crítico, pois assim ele contribuirá para que o indivíduo entenda melhor o meio em que vive.

Ainda neste tópico, apresentamos os discursos que permeiam o público alvo dos PSE e a vulnerabilidade social como condição recorrente para caracterização das ações dos PSE. É possível identificar tanto nos projetos quanto nos editais destinados à captação de propostas, uma descrição/caracterização do público alvo comum a todos os PSE. Em geral, são caracterizados como jovens, moradores de bairros periféricos, com baixa renda familiar, matriculados em escolas públicas e expostos à violência e/ou drogadição. Tem-se, com isso, o conjunto de critérios recorrentes para identificação de indivíduos considerados socialmente vulneráveis. No estudo de Antunes e Silva (2018), a vulnerabilidade social está associada com a incapacidade do indivíduo superar os desafios sociais. Essa caracterização do público alvo é comum a praticamente todos os PSE que nos deparamos.

De acordo com o estudo de Athayde, Passos e Húngaro (2017) essas caracterizações conectam diretamente esses jovens com a criminalidade e/ou drogadição. No mesmo estudo os autores criticam a classificação desses jovens como potenciais riscos para si e para sociedade, somente por residir em um bairro periférico, estando assim expostos ao tráfico e a violência. Uma outra visão sobre o público alvo dos PSE foi apresentada na pesquisa de Hecktheuer e da Silva (2011). Nesse estudo, os autores provocam a inversão do arranjo discursivo, comumente articulado às ações dos PSE. Logo, os autores trabalham com a tese de que os discursos constituem os sujeitos vulneráveis, ou seja, não se trata apenas da captura do seu público, mas da própria produção e posicionamento dos indivíduos que atendem, em relação a uma dada condição de normalidade.

Em suma, notamos que para os autores presentes nesta revisão, o esporte é entendido como fenômeno sociocultural e pode ser utilizado como ferramenta de educação, além de propiciar benefícios aos seus praticantes principalmente relacionados à saúde. Percebemos, através da análise dos textos que muitos proponentes, descrevem os PSE como um complemento à educação escolar, sobretudo, por considerarem de modo naturalizado que alguns valores fundamentais para o convívio em sociedade e o desenvolvimento da cidadania, seriam intrínsecos ao esporte.

3. Violência

O 3º bloco não trata de discussões recorrentes abordadas pelos autores incluídos nesta pesquisa, mas se debruça à problematização daquilo que se pode considerar uma lacuna no cenário investigado: a relação entre PSE e Violência.

Logo, o interesse por este tema se justifica a partir da constatação do aumento dos índices de violência no município de Rio Grande, extremo sul do Rio Grande Sul, Brasil. Tal contexto revela a urgência e a pertinência de atentarmos para os possíveis pontos de aproximação e afastamento entre a realidade dos PSE e o sensível aumento da violência em periferias de cidades como o caso de Rio Grande.

Nenhum artigo selecionado nesta revisão tratou, especificamente, sobre a violência. Porém, alguns autores abordaram esse tema ao caracterizar os PSE como um ambiente seguro e que tem como objetivo tanto de combater o uso de drogas quanto de ocupar o tempo ocioso, afastando os jovens das ruas. Castro e Souza (2011), entrevistaram os profissionais que atuavam em um projeto social esportivo na cidade de Curitiba/PR e também as mães e/ou responsáveis com o objetivo de explorar os principais significados atribuídos ao projeto. Através destas entrevistas (do estudo mencionado), foi possível identificar como a violência é percebida por aqueles que estão inseridos nos PSE. Todos os profissionais e os responsáveis entrevistados acreditam que o PSE pode proteger as crianças e adolescentes da

violência nas ruas. Os autores Costa, Pinto e Martins (2015) corroboram afirmando que um dos objetivos dos projetos tem sido retirar crianças e jovens da convivência da rua. De acordo com Castro e Souza (2011), às crianças pobres são percebidas como “negativas” e avaliadas como potencial risco para a sociedade. Já a rua está associada a violência e ao tráfico de drogas, sendo um lugar perigoso para as crianças e adolescentes permanecerem ou transitarem. De acordo com Meireles et al (2020) mesmo o PSE sendo considerado um espaço acolhedor e de proteção, a falta de segurança no deslocamento até o local das atividades dificulta a participação destes alunos.

Assim, identificamos diversas lacunas em relação aos estudos que abordaram essa temática. Por exemplo, o esporte é utilizado para ocupar o tempo ocioso das crianças e afastá-las da exposição às ruas, mas como o esporte através das suas qualidades intrínsecas pode mediar conflitos e ser uma ferramenta no combate a violência? Outras questões surgem, quando pensamos como a violência se manifesta nos projetos sociais esportivos. De que forma os PSE podem “salvar” o público alvo? Quem precisa ser salvo? Como a violência nas ruas afetam o deslocamento e a participação dos alunos ? Como é mediado os conflitos internos (entre os alunos e entre os alunos com os professores)? Como os PSE abordam e tentam combater a violência na escola? Como a violência é tratada pelas políticas públicas? São muitas lacunas e poucos estudos acadêmicos sobre a temática.

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destacamos que o principal objetivo desta pesquisa foi realizar uma revisão sistemática, mapeando a produção de conhecimento acadêmico sobre os PSE. Através dela, foi possível obter uma visão mais ampla das discussões com maior recorrência e que compõem o campo de problematizações acerca desta temática. Consideramos, para isso, a criação dos três blocos temáticos que serviram para apresentar de forma organizada as discussões que permeiam os PSE no campo de produção de conhecimento da Educação Física brasileira. Todavia, tais blocos não

reduzem os textos a uma rotulação engessada, ao contrário, buscam capturar as discussões mais recorrentes e traçar o mapa que orienta os debates acerca do tema no cenário observado.

No primeiro bloco “Projetos sociais esportivos e políticas públicas”, contemplamos, principalmente, o papel, os objetivos e os benefícios dos PSE e discussões que permeiam as Políticas Públicas como a intervenção do Estado no contexto social, os orçamentos/gastos públicos e o terceiro setor, como pontos de articulação que sustentam os debates acerca dos PSE no Brasil. Já o segundo bloco, “Esporte, Educação e Vulnerabilidade”, reuniu as discussões referente a caracterização do público alvo dos PSE, observando o quanto tais iniciativas se consolidam enquanto respostas prontas a um sentido específico de vulnerabilidade social, geralmente, relacionado à situações de drogadição e de violência envolvendo a juventude de periferias urbanas e também contemplou, a naturalização dos valores do esporte como ferramenta de ensino e as manifestações esportivas. O terceiro, e último bloco, “violência”, diferente dos outros dois blocos, não reuniu as discussões recorrentes abordadas pelos autores, mas se debruçou à problematização da relação entre PSE e violência, identificada através desta revisão como uma lacuna no cenário investigado, logo, esse bloco contemplou, principalmente, discussões acerca dos PSE promoverem um espaço seguro com o objetivo de afastar as crianças dos perigos associados às ruas.

Considerando as discussões encontradas em cada bloco temático e o potencial subsídio a pesquisas futuras, este estudo expõe como necessidade de aprofundamento estudos sobre: Medidas de avaliação dos PSE; Investimentos atualizados na área de PSE; como o esporte pode contribuir para o desenvolvimento integral da criança; estudos relacionados a violência.

5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, S. E.; DA SILVA, O. G. T. **O esporte na ressocialização de jovens em conflito com a lei: Um estudo de caso**. Pensar a Prática, v. 21, n. 1, 2018.

ATHAYDE, P.; PASSOS, F. B.; HÚNGARO, E. M. **"Questão social" na realidade brasileira: Reflexões sobre as atuais políticas sociais esportivas.** SER Social, v. 19, n. 40, p. 186–206, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, A. G.; GINCIENE, G.; LEONARDI, T. J. **Pedagogia do esporte e o referencial socioeducativo: diálogos entre a teoria e a prática.** Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 26, p. e26063, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1ª ed. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 6 e 217.

CASTRO, S. B. E.; DE SOUZA, D. L. **Significados de um projeto social esportivo: Um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes.** Movimento **(ESEFID/UFRGS)**, v. 17, n. 4, p. 145–163, 2011.

COSTA, P. G. D. A.; PINTO, D. P; MARTINS, N. C. **Possibilidades de inclusão social através de um programa esportivo educacional: a percepção dos educadores**. The FIEP bulletin, v. 85, n. II, p. 533–542, 2015.

GRANDO, D.; DE OLIVEIRA MADRID, S. C. **Programa segundo tempo, programa mais educação e o incentivo ao esporte: Um legado para as políticas públicas de esporte e lazer.** Caderno de Educação Física e Esporte, v. 15, n. 2, p. 37–48, 2017.

GUIMARÃES, C. G. M.; SILVA, S. A; ZAMPIER, J. E. DE L. C. **Visão dos pais sobre a participação de seus filhos em um programa esportivo social.** Caderno de Educação Física e Esporte, v. 17, n. 2, p. 133–141, 2019.

HECKTHEUER, L. F. A.; DA SILVA, M. R. S. **Projetos sociais esportivos: vulnerabilização e governo**. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 17, n. 3, p. 115–132, 2011.

KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. DE. **Projetos e programas sociais esportivos no brasil: Uma revisão sistemática**. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 21, n. 4, p. 1051, 2015.

MARTINS, Y. B.; BASTOS, F. DA C.; FERREIRA, L. A. **A prática de gestão do esporte na perspectiva do lazer em uma instituição cultural.** Conexões, v. 17, p. e019007, 2019.

MEIRELES, L. G. V. et al. **Projetos esportivos sociais para adolescentes no Brasil: impactos, implicações e barreiras.** Caderno de Educação Física e Esporte, v. 18, n. 1, p. 77–82, 2020.

PAES, R. R. **A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JR. Esporte e atividade física na infância e adolescência.** São Paulo: Artmed, 2002. p. 89- 98.

RODRIGUES, H. D. A.; DARIDO, S. C.; PAES, R. R. **O esporte coletivo no contexto dos projetos esportivos de inclusão social: Contribuições a partir do referencial técnico-tático e sócio-educativo**. Pensar a Prática, v. 16, n. 2, 2013.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**.Revista brasileira de fisioterapia, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.

SANTOS, E. S. DOS.; STAREPRAVO, F. A.; NETO, M. S. S. **Programa segundo tempo e o vazio assistencial na região nordeste**. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 21, n. 3, p. 759, 2015.

SIMARELLI, P. et al. **O conhecimento do treinador esportivo no contexto de projetos sociais**. Journal of Physical Education, v. 33, n. 1, 2022.

STEIGLEDER, M.L. et al. **Alianças intersetoriais e projetos esportivos sociais no brasil: um estudo de caso na cidade de Niterói.** Revista intercontinental de gestão desportiva-rigd, Rio de Janeiro, 8, set-dez. 2018.

TEIXEIRA, M. R. et al. Política social de esporte e lazer no governo Lula: O programa esporte e lazer da cidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 3, p. 134–161, 2014.